TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª (DÉCIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

EM 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 164, de 2015, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje fica transformada em comissão geral para debater a situação da educação do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário a requerimento de vários Deputados, destina-se a debater a situação da educação do Distrito Federal.

Declaro suspensa a presente comissão para que o Cerimonial e a Copol façam a abertura tanto da entrada do plenário quanto da entrada da galeria, caso ainda haja alguém do lado de fora.

(Suspensa às 15h09min, a comissão geral é reaberta às 15h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o momento atual da educação do Distrito Federal, destacando o movimento grevista dos professores.

Convido a tomar assento à Mesa: o Exmo. Sr. Secretário de Educação do Distrito Federal, Júlio Gregório; o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, Marcos Dantas; o Sr. Secretário Adjunto de Educação, Clóvis Lúcio da Fonseca Sabino; o Sr. Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Fábio Pereira de Sousa; o Sr. Diretor do Sinpro, Washington Dourado; o Sr. Presidente da Associação de Pais e Alunos do DF – ASPA, Luís Cláudio Megiorin; o Sr. Secretário-Geral do SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal, Denivaldo Alves do Nascimento.

Quero saudar todos os professores que se encontram na galeria, todos os diretores de escola, toda a imprensa que se encontra aqui. Essa Casa nunca vai se furtar a fazer o debate dos professores. Eu e o Deputado Raimundo Ribeiro estivemos hoje no Palácio para solicitar uma gestão emergencial nessa questão da greve, uma segunda solução emergencial para tentarmos resolver isso. Isso será trazido também pelo nosso Líder do Governo, pelo nosso Secretário-Geral.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Este espaço é de vocês. Queremos escutá-los e fazer um debate qualitativo para que saiamos daqui com novas oportunidades e com novos rumos.

Eu peço compreensão à galeria. Vocês podem se manifestar, pois aqui há o livre debate, mas não no momento da fala. Temos de garantir a fala de todos os participantes. O momento democrático é quando respeitamos a fala de todos. Ao final da fala, aí, sim, podem se manifestar com aplauso, com vaia...

Quero passar a palavra, inicialmente, ao nosso Secretário de Educação para fazer a introdução por trinta minutos. Secretário, você terá trinta minutos para fazer a explanação de toda a situação da secretaria.

SR. JÚLIO GREGÓRIO FILHO – Boa tarde, Deputada Celina Leão, companheiros da Mesa, subsecretários, Secretário Marcos Dantas, representantes do Sinpro, do SAE, da Associação de Pais, Srs. Deputados, colegas professores, diretores, coordenadores regionais, todos os presentes.

Quando eu fui convidado pelo Deputado Raimundo Ribeiro, antes, para prestar esclarecimentos, eu me coloquei inteiramente à disposição, porque entendo que todas as pessoas, todos os Deputados, os professores, a população em geral deveria ter conhecimento e deve ter conhecimento – para isso eu estou aqui – de todas as condições que nós temos de trabalho na Secretaria de Educação.

A abertura de um ano letivo, eu fiz por mais de três dezenas como professor e como gestor, que sempre fui no sistema de ensino do Distrito Federal, público ou privado. Trabalhei sempre nas duas redes. Quando ocupava algum cargo na rede pública, obviamente, deixava o setor privado.

Eu tive a oportunidade de participar da equipe de transição, e nós já tínhamos alguns indicadores de que iríamos encontrar uma situação difícil. Início de ano letivo sempre é difícil. Todos nós que estamos aqui, que vivemos em escola, sabemos. Há uma série de atividades a serem feitas: a colocação dos professores, a limpeza das escolas, os reparos necessários. Isso todos os anos. Não é nenhuma novidade.

Quando nós chegamos à Secretaria de Educação, nós nos deparamos com uma situação que ia além dos indicadores que encontramos quando integramos a equipe de transição.

Eu trouxe aqui – não sei se haverá possibilidade de fazer – a projeção da situação que encontramos, para que as pessoas tenham todas as informações. Vai ser possível fazer a projeção?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Enquanto ligam a projeção, eu gostaria de fazer o registro da presença dos Parlamentares que se encontram no plenário e cumprimentá-los: Deputado Prof. Israel; Deputado Wasny de Roure; Deputado Raimundo Ribeiro; Deputado Chico Leite; Deputado Rodrigo Delmasso; Deputado Prof. Reginaldo Veras, do nosso partido, o PDT; Deputado Chico Vigilante; Deputado Dr. Michel, nosso querido delegado; Deputado Rafael Prudente; Deputada Telma Rufino, que teve que se ausentar porque um filho passou mal, mas deve retornar; Deputado Ricardo Vale; e Deputado Wellington Luiz.

Quero fazer uma referência aqui: o requerimento do pedido oficial inicial é do Deputado Wellington Luiz. Muito obrigada, Deputado. V.Exa. teve grande sensibilidade ao perceber que esse debate era necessário nesse momento.

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Bom, gente, como eu estava dizendo, quando chegamos à Secretaria de Educação, este foi o quadro que encontramos. Em relação às empresas terceirizadas, havia uma dívida de R$ 82.989.323,23. Quem são as

empresas terceirizadas? São as que prestam serviço de limpeza, de vigilância, de conservação e também de manutenção das escolas. Algumas dessas empresas estavam sem receber desde julho de 2014. Obviamente, não era porque estava começando um novo ano letivo que essas empresas com esses débitos iriam, por boa vontade, falar: "Olha, professor, nós vamos lá, vamos trabalhar nas escolas, vamos limpar tudo, vamos fazer sem receber nossos débitos".

Eram os seguintes os débitos: aluguéis, R$3.154.349,74; telefonia, R$ 3.323.991,31; pessoal, R$141.496.130,69; creches, R$9.017.000,00; CEB e Caesb, R$21.959.000,00; transportes, R$6.473.000,00; alimentação escolar, R$573.727,00. Tudo isso de tal maneira, que a secretaria tinha um débito total de R$ 268.987.563,54.

Quando encontramos essa situação e as necessidades básicas de abertura de um ano letivo – pessoal, pessoal terceirizado, ou seja, as condições mínimas de funcionamento –, ficamos muito preocupados em relação ao ano letivo.

Só esclarecendo, na tela seguinte, encontramos já empenhados, mas sem pagamento, R$33.697.073,29. E tivemos que fazer o reconhecimento de dívidas, porque não havia nem empenho, de R$107.729.508,91. Muito bem. Essa parte é uma parte financeira que causou uma extrema preocupação na gestão da Secretaria de Educação, cujo foco principal deveria estar no desenvolvimento de proposta pedagógica, em aspectos que realmente cabem à Secretaria de Educação, como sua atividade-fim. Mas isso nos causou uma grande preocupação, em razão de iniciarmos o ano letivo nessas condições.

As empresas, obviamente, queriam receber. Estavam sem receber há um tempo e, logicamente, no momento em que chamamos as empresas para negociar – os servidores das empresas também estavam sem receber... O setor da Fazenda chamou as empresas e, em uma intermediação com o Ministério Público, houve um acordo para que o GDF pagasse a folha de pagamento dessas empresas. Então, foi solicitado às empresas que apresentassem a sua folha de pagamento, a fim de que fosse passado um recurso para honrar pelo menos o pagamento dos seus funcionários e eles continuassem a trabalhar. Obviamente – todos sabem –, tínhamos também o problema do pagamento dos professores: o 13º integral de quem faz aniversário em dezembro, as parcelas de quem recebeu o 13º antes das correções salariais ocorridas em 2014 e 1/3 de férias, antes do início das férias dos professores.

Quando se verificou que a cota vinda da União, do Fundo Constitucional, seria insuficiente também para honrar essas dívidas com os professores, com os

servidores em geral da Secretaria de Educação, é que se fez a proposta do pagamento da forma que vocês conhecem. No momento em que senti essa situação em que se encontravam as finanças da Secretaria de Educação, as condições de trabalho na Secretaria de Educação, eu disse ao Sindicato da necessidade de adiarmos o início do ano letivo, para tentarmos resolver essas questões. O Sindicato esteve presente e, naturalmente, como as suas ações dependem da consulta à categoria, fez a observação de que, a respeito da alteração do calendário, necessitaria consultar a categoria. Perguntei: a consulta seria quando? "No retorno das férias".

A preocupação é: os pais ficariam informados de uma alteração do calendário nas vésperas do início do ano letivo ou quando fossem levar os seus filhos para escola? E, quando lá chegassem, teriam essa informação? Ficaria muito complicado fazer um negócio desses.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, para garantir a fala do Secretário, peço a compreensão de todos. Vocês podem se manifestar, mas vamos ouvi-lo. Por favor, é um apelo que faço a todos vocês. As manifestações no momento da fala atrapalham o raciocínio. Por favor, deixem as pessoas terminarem o raciocínio! Inclusive, Secretário, peço que, ao final da audiência, toda a documentação, em que constam muitos números, seja entregue, porque às vezes o pessoal não tem acesso. Dessa forma, o Presidente do Sindicato poderá disponibilizar toda a documentação na página do Sinpro, para que todos os professorem tenham acesso a essas informações.

Só faço esse apelo porque, como Presidente desta sessão, tenho que garantir a fala de todos.

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Então, resolvemos, por essas razões, para minimizarmos as dificuldades encontradas para o início do ano letivo, adiar o início do ano letivo para imediatamente após o carnaval. Os professores se reapresentariam ao término do carnaval e, no dia 23, começaríamos o ano letivo, em vez de na semana que antecedeu o carnaval. Essa é a questão do calendário.

O segundo aspecto que encontramos e que também gerou apreensão em todos os colegas que trabalham em escolas, principalmente os diretores, foi a questão dos coordenadores, a constituição da equipe de coordenação. Como diretor de escola – fui diretor do Setor Oeste, fui diretor do CAN – Colégio da Asa Norte, atual Paulo Freire – e como professor, eu sei muito bem o que significa iniciar o ano letivo com mil, mil e duzentos, mil e quinhentos alunos sem ter coordenadores para

trabalharem junto à direção. Então, nós teríamos o diretor, o vice-diretor e o supervisor, que estavam preservados.

Com relação a isso, eu quero destacar que nós já encontramos em vigor a Portaria nº 284, de 31 de dezembro de 2014, da Secretaria de Educação, que, atendendo à Recomendação nº 3, de 2014, da PROEDUC – Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, baixou essa portaria, que determinava que não se constituíssem as equipes de coordenação utilizando contratos temporários antes que se preenchessem as carências obrigatoriamente geradas pela saída do diretor, do vice-diretor e do supervisor de sala de aula para trabalharem na gestão da escola. Só aí são três professores por escola. São 657 escolas, e já são 1.971 professores retirados de sala para trabalharem na gestão da escola. Ainda temos as licenças temporárias em geral – licença médica, licença gestante, todas as diversas licenças. Se fôssemos constituir a equipe de coordenadores nos termos propostos e discutidos na gestão anterior, com a participação do Sindicato, seria cerca de mais 3 mil e 600 professores que sairiam de sala para trabalharem na coordenação pedagógica – trabalho muito importante, que nós reconhecemos perfeitamente até pelas razões que apresentei aqui.

Nós já encontramos a portaria em vigor e começamos a conversar no sentido de liberar pelo menos um coordenador por escola; as escolas que recebem alunos em tempo integral, um segundo coordenador; e as escolas que funcionam em mais de uma base, mais um coordenador, portanto, três coordenadores. E iremos constituindo as equipes de coordenação à medida que formos celebrando os contratos temporários e que as demais carências já geradas pelo diretor, vice-diretor, supervisor e licenças médicas forem sendo cobertas.

Com essa disposição, como acontece em todo ano letivo, essa redistribuição de carga, remanejamento de professores, houve um número de professores excedentes em todas as regionais. Esses professores excedentes eram professores que estavam lotados numa escola, com lotação provisória, ou seja, estavam em exercício numa escola com lotação provisória e, vencido o ano, retornaram para as regionais. Então, nós combinamos com os coordenadores regionais que não os devolvessem para a sede para uma redistribuição, mas que os realocassem nas próprias regionais, cobrindo carências abertas por licenças diversas e permitindo que, com isso, gradativamente, reconstituíssemos a equipe de coordenação. E isso está sendo feito, apesar de a portaria fixar que haveria liberação de coordenadores apenas a partir do segundo semestre – a Portaria nº 284, de 2014.

Essa foi a questão do calendário escolar – a razão pela qual nós mudamos a data de início – e a questão da coordenação pedagógica, que são dois aspectos que, eu confesso, foram alterados e geraram apreensões junto aos professores.

Com relação ao PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, também encontramos problemas com alguns diretores que, desde 2013, sobretudo em 2013, efetuaram compras para as suas escolas com a promessa de liberação do PDAF. Depois o PDAF não saiu e alguns diretores ficaram endividados – endividados pessoalmente, porque os recursos para que eles honrassem as dívidas contraídas não foram repassados. Fizemos um grande esforço diante do quadro financeiro que encontramos e conseguimos liberar um percentual da primeira parcela do PDAF para todas as escolas. Fizemos um empenho para isso, claro que muito aquém do que gostaríamos de liberar, mas o que era possível. Raspamos o tacho e liberamos.

Nesse transcurso, nós fomos colhidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal pelo fato de termos atingido o limite prudencial daquela lei. Ficamos até em dúvida se poderíamos celebrar contratos temporários. O GDF está proibido de nomear para qualquer cargo a partir do momento em que foi divulgado o resultado do balanço. Há escolas que estão sem secretário, em que o secretário saiu, ou em que o próprio coordenador regional, que era um diretor de escola, deixou a sua escola para assumir a coordenação regional, e nós ainda não conseguimos nomear o diretor substituto, porque estamos impedidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E ainda havia uma dúvida em relação à possibilidade da contratação de temporários, o que seria o caos, porque nós não conseguiríamos substituir nem as carências obrigatoriamente geradas pela gestão da escola, licenças médicas etc. Foi feita uma consulta ao Tribunal de Contas, que nos explicou que as contratações, se feitas, não poderiam de forma alguma extrapolar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, conseguimos liberar uma parcela do PDAF para que os diretores pudessem continuar.

Com relação à manutenção das escolas, eu tenho dito e inclusive destacado que nós não chegamos a fazer reformas nas escolas. Nem havia como. Conseguimos empenhar 3 milhões e 500 mil para dez empresas com uma quantidade de escolas, o que dava aproximadamente 10 mil reais para reparo nas escolas que ali estavam. E optamos por reparos que eu chamo de reparos invisíveis, porque eles passaram a contemplar mais a rede elétrica, a rede hidráulica, a coleta de água pluvial, telhados e coisas dessa natureza. Não havia como pintar a escola. Nós tivemos em algumas regionais, como em Sobradinho e Taguatinga, o empenho da comunidade, que se juntou para realizar a pintura da escola. Rede elétrica e rede hidráulica não dá para a

comunidade fazer. Tem que ser uma empresa mesmo para fazer. E optamos por isso por quê? Por exemplo, se você visitasse uma escola como a da Cruzeiro – que nós visitamos –, você diria que a escola não precisava de reparos, que estava em condição de começar o ano letivo, mas houve um incêndio devido a um curto circuito na rede elétrica. Então, foi necessária uma intervenção na escola para as correções disso aí.

Outro aspecto que nós encontramos foi em relação às creches. Em relação às creches conveniadas com a Secretaria de Educação, encontramos uma dívida de R$ 9.017.545,46 (nove milhões, dezessete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos). Conseguimos efetuar esse pagamento, porque as creches estavam realmente com muitos problemas para desenvolver as suas ações com esses atrasados. Para este ano, já conseguimos recursos e estamos empenhando o pagamento do primeiro quadrimestre de todas essas creches.

Com relação aos dados gerais que as pessoas sempre questionam, por exemplo, na Secretaria de Educação, nós encontramos em cargos comissionados com vínculo 3.540 servidores, que são servidores da Secretaria de Educação e que estavam ocupando um cargo comissionado. Em fevereiro de 2015, nós temos 3.434. A diminuição disso é muito difícil porque contempla diretor, vice-diretor, supervisor e todos os cargos da própria Secretaria de Educação. Nós tínhamos 129 ocupantes de cargos na Secretaria de Educação sem vínculo com o GDF, que eram apenas a comissão, e atualmente nós temos 41 pessoas que ocupam cargo na Secretaria de Educação e não têm vínculo com o GDF.

Então, em termos gerais, eu falei aqui das explicações, dos questionamentos, do calendário escolar, da equipe de coordenação, do reparo nas escolas e das condições em que encontramos a Secretaria de Educação.

Quanto ao pagamento dos atrasados dos professores, como eu sempre tenho dito, todos os esforços têm sido feitos. Foi feita a proposta de parcelamento. No momento em que a ARO for liberada – todos têm conhecimento dessa matéria –, as dívidas serão quitadas imediatamente. Todos sabem que a ARO deve transitar pela Secretaria do Tesouro e passar pelo Banco Central, que vai fazer o leilão da dívida. Vindo o dinheiro, será feita essa quitação.

Outros esforços foram feitos. Hoje o Governador, inclusive, deu uma entrevista coletiva anunciando que vai fazer algumas transformações, que eu prefiro que o pessoal da Fazenda esclareça – o próprio Líder do Governo esteve lá conosco –, para buscarmos a antecipação de parcelas – a do mês de junho para ser paga junto à do mês de março e a do mês de maio para ser paga juntamente com a do

mês de abril –, abreviando a quitação desses débitos com os professores. Isso será apresentado amanhã na reunião já programada com o Sindicato dos Professores para que estes, na sua assembleia, possam discutir e avaliar essa proposta.

Eu me coloco à disposição para responder às perguntas. Agradeço muito o convite e a oportunidade de explanar o que nós encontramos na Secretaria de Educação.

Lamento que tenhamos iniciado o ano letivo dessa maneira, mas são as condições que encontramos, e é o que nós temos conseguido fazer.

Muito obrigado a todos, aos colegas professores.

(Apupos na galeria.)

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Todos nós somos professores; sabemos que, quando estamos falando em uma sala de aula, nós costumamos respeitar – durante os meus 34 anos de magistério –, inclusive quando os alunos se comportam de uma maneira ou outra.

Muito obrigado.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria apenas de – logo após, evidentemente, a palavra do Deputado Wellington Luiz, que é o autor – levantar uma questão de ordem. Pode ser?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

O primeiro inscrito para as falas de Parlamentares é o Deputado Wellington Luiz.

Antes, porém, eu quero fazer o registro da presença de alguns Parlamentares que chegaram: Deputado Júlio César, Deputado Juarezão, Deputado Rafael Prudente e Deputada Eliana Pedrosa, que hoje, inclusive, está fazendo aniversário. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu peço a minha inscrição, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, em seguida ao Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Boa tarde a todos.

Quero fazer uma saudação especial aos nossos professores, aos nossos educadores. Lamento por toda essa situação. Quero dizer que todos nós somos solidários a eles.

Sra. Presidente, apesar de eu ter sido, inicialmente, o autor do requerimento que acabou gerando essa discussão de hoje, quero deixar bem claro que todos os Deputados que estavam aqui presentes fizeram questão de assinar o requerimento, solidários à causa dos professores. Obviamente, depois da intervenção do Líder do Governo e de V.Exa., nós conseguimos que o Secretário viesse. Inclusive, nós agradecemos, Sr. Secretário, a sua disposição de vir até aqui. É claro que é um momento de indignação, um momento de revolta por tudo que tem acontecido, mas não podemos deixar de agradecer esse gesto de grandeza de vir aqui e mostrar a cara, porque isso é responsabilidade do gestor. (Palmas.)

Aqui os professores vão poder ouvir, vão poder se manifestar. Eu não tenho dúvidas de que eles estão com a razão.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de abrir mão da minha fala, porque eu vi um vídeo rodando essa semana, em razão do sofrimento dos professores do País inteiro. Eu gostaria de pedir a autorização de V.Exa. para que esse vídeo fosse rodado. São apenas dois minutos em que é dito o que o Brasil precisa fazer para ser um país de primeiro mundo. Peço a autorização de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Autorizo. Solicito que passem o vídeo dos professores.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Esse é o meu sentimento. (Palmas.)

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, o Deputado Raimundo Ribeiro já havia solicitado o uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, aguardo a manifestação do Deputado Chico Vigilante. Logo após S.Exa., faço uso da palavra.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de me inscrever, já que V.Exa. está recolhendo as inscrições.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – V.Exa. já está inscrito, Deputado, eu acatei todas as inscrições pela ordem em que os Deputados foram chegando, prestigiando-os pela pontualidade.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, população presente, professores que estão aqui com toda a garra brigando por seus direitos. Secretário, eu não conheço bem o senhor, por isso não vou dizer que o senhor faltou com a verdade, mas vou dizer-lhe que sua assessoria informou-lhe mal. E vou provar com dados.

O senhor coloca aqui uma dívida de empresas terceirizadas de R$ 82.989.323,23 (oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e três centavos). Da maneira que o senhor colocou, fica parecendo que foi uma dívida deixada pelo Governo Agnelo – o objetivo é esse. Mas preciso dizer que a dívida do Governo do Distrito Federal com empresas terceirizadas remonta a todos os governos. Em todos os governos ficava resto a pagar para empresas terceirizadas. Em todos os governos! No Governo Roriz, Arruda, Cristovam, Rosso e agora Agnelo. A diferença, Sr. Secretário, é que todos os governos preferiam pagar salário dos educadores e depois resolver a questão dos terceirizados.

Para o senhor ter uma ideia, dessa dívida de terceirizados aqui... E aí devo dizer para o senhor porque venho com dados, jamais vou falar mentira aqui dessa tribuna senão serei cassado. E o Dr. Michel é o xerifão, é o Corregedor. Para o senhor ter uma ideia, desses 82 milhões, Sr. Secretário, 40 milhões são de um precatório de uma das maiores empresas de vigilância do Distrito Federal, da época

do Governo Cristovam, que é meu amigo, mas está aqui também. Estão aqui 40 milhões desse tempo e o resto remonta aos demais.

Sr. Secretário, eu tenho sustentado desde o dia 5, quando o Governador Rodrigo Rollemberg disse que havia encontrado o governo com 64 mil reais, tenho assegurado aqui desta tribuna que não são só 64 mil reais. O primeiro vídeo que eu mostrei, e até hoje não foram capazes de me contestar porque é verdadeiro, era 1 bilhão e 100 milhões de reais. E hoje, Sr. Secretário, existe em caixa, do balancete contábil do dia 26 de fevereiro de 2015, R$1.675.041.731,00 (um bilhão, seiscentos e setenta e cinco milhões, quarenta e um mil, setecentos e trinta e um reais), dos quais R$802.067.000,00 (oitocentos e dois milhões, sessenta e sete mil reais) estão livres e desimpedidos, o governo pode usar a hora que quiser, para o que quiser e não precisa de autorização da Câmara Legislativa. Dos quais, Secretário... E ninguém me contestou. O Secretário de Fazenda veio aqui ontem e não contestou. O senhor tem que somente conversar com o Rollemberg, R$416.269.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e sessenta e nove mil reais) estão aplicados no sistema financeiro rendendo dividendos. Enquanto o pessoal aqui está pagando juros do BRB, o GDF está com o dinheiro deles aplicado.

Sr. Secretário, o senhor tem, dados do dia 26, na secretaria da qual o senhor é Secretário, 236 milhões, na Secretaria de Educação. Vou discriminar de onde é: Fonte 100 – 46 milhões; conta salário/educação – 84 milhões; convênios – 88 milhões; Fonte 300 – 200 mil; Fundo de Participação dos Estados, Municípios e DF – 12 milhões; mais um Fundo de Participação de Municípios – 3 milhões e 200 mil, transferência da União – 1 milhão e 200 mil. Isso aqui, Secretário, eu vou dizer para o senhor como é que todos os governos faziam, o Arruda fez, o Roriz fez...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presta atenção, todo mundo fazia isso, Secretário. Até o Wilson Lima fez isso, nobre líder Deputado Raimundo Ribeiro. Havia o dinheiro lá, o Governador dizia: "A prioridade é pagar salário". Pegava, pagava e depois repunha. Sempre foi feito assim. Eu disse aqui, Secretário, e vou repetir...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, deixa eu só fazer uma intervenção rapidamente. Pessoal, cada Parlamentar tem cinco minutos, para que todos falem. Se vocês não deixam o Deputado Chico Vigilante falar, ele ficará prejudicado, inclusive, já ampliei o tempo dele. Então, vamos deixá-lo terminar de falar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Secretário, eu já disse isso para o nobre Líder Deputado Raimundo Ribeiro, pode ser pago e depois repõe. O senhor conhece o Arruda, o Arruda foi punido por outras coisas, não por isso; o Roriz não foi punido por fazer isso; o Agnelo não vai ser punido por fazer isso; ninguém é punido por fazer isso! O que falta, Secretário, é coragem do Governador Rollemberg, o que falta, Secretário...

Para concluir, peço a atenção de todos, vou contar, em um minuto, uma história que demonstra como é quando a pessoa tem coragem! Em 1985, o Sarney tomou posse, Deputado Raimundo Ribeiro, e no primeiro dia de governo nós decretamos a greve dos rodoviários. Eu, líder da CUT, coordenei a greve. O Ministro Almir Pazzianotto foi chamado ao palácio, Deputada Eliana Pedrosa, junto com o General Ivan, que era do CNI, e aí o Presidente Sarney disse: "Intervém no sindicato". Pazzianotto disse: "Eu não tenho como intervir, porque não é o sindicato que está fazendo a greve, é a CUT". Ele falou: "Intervém na CUT". Ele disse: "Eu não tenho como intervir na CUT porque ela não existe". Era só um nome fantasia, não havia registro, e não havia mesmo, como é o caso do MST! Ele falou: "É um vigilante que está fazendo a greve". O general falou: "Pois prende o vigilante". Aí o Pazzianotto disse: "Presidente, se o senhor quiser prender o vigilante, prenda, porque eu estou fora do governo, se é para fazer a Nova República, não é prendendo sindicalista".

Portanto, Secretário, se é para fazer diferente, não é entrando na Justiça para pedir a decretação da ilegalidade da greve que vai resolvê-la. Justiça não resolve greve! Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, Deputados, Secretários, todo o público que aqui está, em primeiro lugar, quero louvar o Parlamento. Presidente Celina, esta legislatura realmente, já no início, mostra-se diferente. Sabe por quê? Porque o Executivo começa a vir aqui, o que não aconteceu nos últimos anos. É importante que a gente comece a registrar isso. Aliás, antes de começar a sessão, estava conversando com o Deputado Wasny, nosso presidente também, e lhe propus que não apenas normalizássemos isso, mas institucionalizássemos, para que os secretários de estado sempre estejam nesta Casa prestando contas – e estou me referindo à prática –, sempre venham a esta Câmara

para prestar contas dos seus atos, afinal de contas, este Parlamento tem a missão fiscalizadora.

Em segundo lugar, quero agradecer muito ao Secretário Júlio. Na terça-feira, quando aqui estávamos, vários Parlamentares manifestaram a intenção de convidá-lo, e o Deputado Wellington Luiz com muita propriedade pôde verbalizar isso. Inicialmente, o secretário tinha até se colocado à disposição para segunda-feira, mas, diante das ponderações feitas, resolveu comparecer aqui na data de hoje, ou seja, 48 horas após o convite. E, ao agradecer a sua presença, quero lhe dizer, Secretário, que também sou professor.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos lá pessoal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não me sindicalizei, não! Enquanto o sindicato tiver uma postura com a qual eu não concordo, não posso me sindicalizar.

Mas, de qualquer maneira, essa questão é menor, porque eu não tenho essa importância que estão me dando. Agora eu quero dizer aos senhores e principalmente ao Senhor, Secretário, é que a função pública nos coloca, muitas vezes, numa situação de ser ou demonizado ou canonizado. Isso aí é muito natural no exercício da função, dependendo dos interesses que se contraria. Eu mesmo já fui Secretário de Justiça, de Direitos Humanos, aliás, fui o primeiro secretário e me lembro de que, quando propus a criação de um conselho, fui canonizado e, logo depois, ao ter que tomar uma atitude...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – A pauta, eu não sigo a pauta de pessoas que estão aqui por outros interesses. Eu sigo a pauta desta Casa. Então, eu quero deixar isto bem claro: que não é o público que me intimida. Aliás, vou me referir àquilo que o Deputado Chico Vigilante colocou, da coragem que temos de ter para enfrentar os interesses que nem sempre são espelhados nas palavras.

Então, Sra. Presidente...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vamos terminar...

Deputado Raimundo Ribeiro, vou deixar uma questão clara: o tempo é regimental para todos os Deputados. O que eles vão falar, o que cada um deles vai falar... A manifestação é livre. Depois vocês podem vaiar, podem aplaudir. Mas eles

precisam falar. Eu, como Presidente, preciso garantir a fala de todos. Isso, o balanço do final, de palmas ou outro tipo de manifestação, é livre, mas no final. Nós temos, mais ou menos, quinze Deputados inscritos. Se durante o tempo em que cada Deputado for falar vocês se manifestarem a favor ou contra os Parlamentares, nós vamos atrapalhar a democracia. É para que todos os Deputados falem, e é importante que vocês tenham todos os Deputados falando para que vocês conheçam a posição clara desta Casa em relação aos interesses de vocês. Mas vocês precisam deixar que eles terminem de falar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer um apelo ao pessoal.

Deputado Raimundo Ribeiro, eu também já fui muito vaiado por outras pessoas nessas galerias.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu também.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas eu queria propor aos companheiros e às companheiras que são muito bem-vindos, são nossos convidados, que seguissem exatamente as normas daqui, ou seja, deixem os Deputados falarem, no final vocês se manifestam. Vamos combinar assim?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com certeza. Vamos combinar, pessoal? Ok?

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Aliás, Deputado Chico Vigilante, é uma lição de democracia. Democracia é isto, é o respeito à opinião de todos.

Mas eu pedi a palavra, Sra. Presidente, para trazer aqui algumas medidas que foram anunciadas hoje no final da manhã e início da tarde pelo Governo do Distrito Federal.

Em função de, neste momento, nós ainda não termos os recursos necessários para o pagamento de salário do dia 5 de março, que está muito próximo, o governo, visando fazer a composição, a previsão disso, resolveu colocar disponíveis, após consultar a Secretaria de Fazenda, os recursos que estão parados ou vinculados a alguns fundos, e isso vai permitir que possamos, no dia 5 de março,

ter os salários depositados, bem como anteciparmos aquele acordo que tinha sido celebrado e que venceria até junho, 30 de junho, sendo que em 30 de março pagaríamos a primeira e a quarta parcela; ou seja, a parcela de março e a parcela de junho, e dia 30 de abril pagaríamos a parcela de abril e a parcela de maio.

Então, esse é o informe, Sra. Presidente.

Ainda dentro da minha manifestação e dentro do prazo, eu gostaria de me reportar àquilo que foi colocado pelo Deputado Chico Vigilante, que, novamente, viemos com aquela velha discussão: se tem recursos ou se não tem. E aí eu quero relembrar alguns debates.

Esta Casa já teve um debate, por exemplo, para a aprovação da ARO – Antecipação da Receita Orçamentária. Ora, se nós tínhamos recursos, por que estávamos debatendo aqui nesta Casa por tanto tempo a antecipação da receita? É porque realmente não existiam os recursos. E a ARO não surgiu da cabeça de apenas um iluminado. Surgiu da discussão de vários Parlamentares e de alguns setores que podem, eventualmente, dependendo do seu interesse, representar algumas corporações. É isso.

Além disso, eu vi e ouvi quando o Deputado Chico Vigilante se referiu a um milhão e pouco no dia 31 de dezembro ou no dia 1º de janeiro. Ora, Deputado, não dá mais para ficarmos discutindo isso. Se existia esse dinheiro, por que o seu governo não pagou? Por que o Governo Agnelo não fez o pagamento? Pelo amor de Deus, pessoal, ninguém é bobo. Ninguém mais vai ficar aqui acreditando que tem dinheiro e que o Governador Rodrigo Rollemberg não vai pagar porque ele é mauzinho. Não. Ele não está pagando – e aí temos que deixar claro – porque o descalabro econômico e financeiro deixado pelo governo do qual o senhor é o maior representante, é o maior escudeiro, é que realmente levou a essa situação. Então, nós temos que falar a verdade com as pessoas.

E tenho certeza de que...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou insistir mais uma vez. Se continuar essa falta de democracia até o final da palavra, eu serei obrigada a suspender a sessão. Eu serei obrigada, se não houver a livre manifestação. Ainda não terminou a fala do Deputado. Deixem o Deputado terminar, aí vocês vaiem, façam o que vocês quiserem, mas deixem o Deputado terminar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Até porque, Sra. Presidente, acho que tem que ficar muito claro o seguinte: as pessoas precisam entender que essa tática

antiga de intimidação nunca me intimidou num período pior, não vai me intimidar agora. Ela não me intimida, não. Ela não me intimida. E tem mais: se você quiser depois saber por que eu não sou sindicalizado, eu digo também. Sabe por quê? Porque agora eu estou vendo com muita clareza e estou louvando; estou aplaudindo o ressurgimento dos sindicatos, que estavam, nos últimos 12 anos, sumidos das praças públicas, não apareciam. Mas agora eles começam a aparecer, e isso é importante para a democracia. Porém, não é essa a discussão que estamos colocando neste momento; mas essa nós fazemos também, nós não temos problema em fazê-la.

Então, Sra. Presidente, eu queria levantar a questão e dizer que o momento é tão grave que exige que saibamos superar os interesses partidários, que saibamos superar os interesses corporativos; que saibamos, inclusive, superar sentimentos e frustrações de governos anteriores. E isso não sou eu que estou dizendo, não. É a Justiça, que já se manifestou em medidas, bloqueando bens de dirigentes do governo que acabou de sair. Não sou eu que estou dizendo, não. É a Justiça que está colocando. E o que nós queremos é que a discussão seja feita de uma forma séria, de uma forma decente, em que nós possamos servir – e quando eu digo "nós" não são apenas os Parlamentares, não; são aqueles professores, são os profissionais da saúde, são todas as pessoas que têm uma responsabilidade social, e precisamos dar exemplos para as demais pessoas. Eu tenho muito orgulho, Prof. Júlio, de também ser professor como o senhor. E digo uma coisa: nós temos o dever de dar exemplo. Mas o exemplo não pode se prender a interesses corporativos de instituições que se esconderam nos últimos anos e que agora reaparecem.
(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – No momento certo, certamente o sindicato vai poder se manifestar.

Eu gostaria de concluir, Sra. Presidente, agradecendo a sua paciência e dizendo que o Governo Rodrigo Rollemberg, que só tem cinquenta e poucos dias, realmente tem errado em algumas coisas. Mas o governo que passou os últimos quatro anos errou demais e deixou problemas que precisam ser sanados imediatamente. Nós teremos a coragem de enfrentar e, se necessário, apresentar e apontar os culpados. Nós apontaremos, inclusive, alguns que se licenciaram de cargos para poderem assumir cargo comissionado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, professores, sindicalistas, aqueles aqui presentes, a minha fala agora não é para buscar um culpado, mas para buscar a solução. Olhar para o passado, olhar para o retrovisor não faz com que se busque a solução.

Eu acabo de ver uma matéria publicada no *Correio Braziliense* dizendo que o GDF quer remanejar 140 milhões de reais dos fundos para pagar os salários atrasados. Eu quero pedir ao Secretário de Relações Institucionais, Marcos Dantas, que mande imediatamente esse projeto à Câmara Legislativa. Tenho certeza de que nenhum Deputado Distrital será contra remanejar dinheiro de fundos para pagar salários dos professores e da saúde do Distrito Federal.

Não adianta tentar buscar aqui quem é o culpado, nós devemos olhar para frente. Os professores estão sem receber, os servidores da saúde estão sem receber. Nossa responsabilidade, enquanto representantes do povo nesta Casa, é, nada mais, nada menos, tratar da solução. Olhar para frente, Deputado Wellington Luiz, para que os professores possam ter condições. Quero parafrasear a fala do Deputado Prof. Israel, que disse muito bem aqui que os professores, muitas vezes, por essa falta de salário, não conseguem comprar seus livros ou até mesmo se manterem. Por isso, não têm condições de voltar a dar as aulas. A greve não é por uma situação de aumento de salário, mas é de regularização funcional.

Secretário, eu sei que a situação é complicada. Eu sei que a situação que o senhor assumiu não é fácil, mas o senhor é competente, foi um competente diretor de escola e sabe muito bem disto: a competência não se faz com fartos recursos, a competência se demonstra no caos. Nós estamos vivendo este caos no Distrito Federal.

Mais uma vez quero conclamar esta Casa. Quando fizemos a discussão da antecipação das receitas orçamentárias, eu disse ao Secretário Adjunto de Fazenda que era necessário que essa antecipação fosse autorizada pelo Ministro da Fazenda. Quero pedir a todos, independentemente de coloração partidária, independentemente de discursos, de governos, que nós venhamos, sim, pedir uma audiência ao Ministro de Fazenda para sensibilizá-lo a autorizar urgentemente a ARO e acabarmos com esse problema financeiro no Distrito Federal. Independentemente se é do PT ou do PSDB, aqui não estão pessoas de partidos, aqui estão cidadãos do Distrito Federal. Nós queremos fazer um pacto por Brasília. As colorações partidárias têm que ficar para trás, nós devemos ser altruístas. Independentemente se o Ministro da Fazenda é indicado pela Presidenta Dilma Rousseff, é do PT ou do

PCdoB, nós temos que ser estadistas. Esta Casa precisa inaugurar isso e discutir essas questões independentemente de coloração partidária.

Secretário Marcos Dantas, quero pedir que o Governador do Distrito Federal cobre essa audiência com o Ministro e reúna a bancada do Distrito Federal no Senado e na Câmara para cobrar a imediata liberação da ARO, a fim de sanarmos o problema financeiro do Distrito Federal. Não quero saber quem é o culpado desse problema. Quem decidirá isso é a Justiça. O que eu quero é buscar a solução para que professores, médicos, profissionais da saúde, da educação, Deputado Chico Leite, não sofram o que estão sofrendo, para que os nossos alunos possam, sim, voltar às aulas e ter educação de qualidade, como sempre houve no Distrito Federal.

Deixo algumas perguntas ao Secretário, para que no momento oportuno possa nos esclarecer o porquê daquela circular – eu entendo, Secretário, o problema de gestão – que suspendeu o abono eleitoral. Acredito que, no momento de tentar achar uma solução para colocar professor em sala de aula, aquela talvez tenha sido uma das saídas, mas acredito que possamos buscar outras saídas e não mexer em direitos. Aquilo que é direito é intocável. Devemos, sim, preservar os direitos e, obviamente, quando houver alguma falha, encontrar outros mecanismos, como a contratação de professores temporários.

Para finalizar, sei que o Secretário adiou o início das aulas falando que precisava reformar as escolas e, com os poucos recursos, reformou o que pôde. Recebi em meu gabinete informação encaminhada pelo Secretário relacionando as escolas que receberam pequenos reparos, até mesmo por causa dessa situação financeira. Está aqui nosso amigo representante do Sinpro, que, como sindicalista, pode fazer esse coro junto conosco. Vamos ao Ministro da Fazenda pedir a autorização da ARO, para tirar o Distrito Federal desse problema financeiro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sr. Secretário, nobres colegas, todos aqui presentes, estamos vivendo uma situação muito delicada neste momento. O primeiro dia de aula foi ofuscado pela falta de aula. Os professores reivindicam seus justos salários.

Ontem fiquei muito triste com a notícia de que a paralisação dos professores havia sido derrubada judicialmente. Ainda bem que, pela luta, essa possibilidade se

manteve. Se não é legítimo lutar pelo salário que não foi recebido, eu não sei o que possa ser legítimo. Eu não entendo.

Todos nós estamos conscientes das dificuldades financeiras e orçamentárias do governo. Ontem recebemos aqui a equipe econômica do governo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para verificar onde estavam os recursos, para que eram envidados. Nós pudemos visualizar a destinação de todos esses recursos. Depois, reuni minha equipe e gastamos até hoje pela manhã, desde ontem até hoje estivemos reunidos, para verificar esses dados, esses números e desvendar onde estão os recursos e por que chegamos a essa situação.

Percebemos que o ideal seria violar, no momento emergencial, os fundos que são contingenciados e usar esses recursos para ajudar nessa dívida salarial com os trabalhadores, com os professores especialmente.

Ontem à noite, liguei para o Washington Dourado, meu amigo. Nós conversamos sobre essa proposta e eu me comprometi a manter a equipe jurídica e a equipe econômica do meu gabinete trabalhando nesse assunto. Nós vimos uma situação muito ruim, mas possível de ser resolvida. Como diz o Deputado Rodrigo Delmasso, meu colega, nós precisamos olhar para frente e não no retrovisor. O que nos levou a essa situação vai ser apurado obviamente, mas dizer que não há condições de pagar os salários é muito ruim para uma equipe econômica, especialmente quando nós observamos os números dos cofres do Distrito Federal.

O Secretário Júlio tem o meu respeito, primeiro por ser um professor, um diretor de escola que ajudou a transformar a escola em que ele trabalhava – e é uma escola de referência. Ele tem o meu respeito pelo trabalho que sempre desempenhou. Eu acuso, Secretário, neste momento, a necessidade de que as equipes do governo se unam para falar a mesma língua.

Eu protocolei hoje um projeto que autoriza, pelo prazo de um ano, a aplicação dos recursos dos fundos do Distrito Federal para pagamento dessas despesas de pessoal e, quando o meu advogado voltou para a sala – eu estava em comunicação com o Washington por telefone desde ontem à noite –, nós percebemos o anúncio do Governador Rollemberg justamente dessa medida. Eu fiquei muito feliz, porque eu protocolei aqui para que fosse uma provocação, e o Governador anunciou essa medida no momento em que o meu advogado voltava para o gabinete dizendo que tinha acabado de protocolar.

É preciso ter criatividade e, quando se fala em criatividade, não está se falando em espancar os números, como disse a Secretária Leany ontem. Não é isso!

Criatividade é juntar as forças do governo e entender que esse assunto é prioritário. Há um fundo. Eu estou com os números aqui. O Deputado Chico Vigilante tem apontado os números dos cofres públicos. S.Exa. fala de maneira simples, didática, porque tem gravado pequenos vídeos. Para destrinchar isso, nós vemos que, de um montante de cerca de 1 bilhão e 600 milhões, 1 bilhão e 128 milhões do governo são vinculados a fundos. Agora fico a me perguntar, neste momento em que o trabalhador está sem salário: é correto manter esses recursos vinculados aos fundos?

Secretário Júlio, eu não me dirijo nesta fala a V.Exa., mas ao governo como um todo. O senhor sozinho não pode chegar a essa decisão obviamente. É justo que o fundo do Detran tenha 144 milhões neste momento em que os professores não têm os seus salários? Não é justo. Isso é a criatividade que uma equipe econômica precisa ter. É essa criatividade.

Como os meus amigos são todos professores, eu tenho apanhado muito nesses dias. Eles me têm como Deputado, amigo, professor aqui. Eles falam comigo, enchem o saco, o WhatsApp não para, e com razão. O Governador anunciou hoje que pretende mexer no Fundo da Criança e do Adolescente e no Fundo da Cultura para pagar os salários. É claro que depois esse dinheiro tem que voltar para os fundos, mas agora nós estamos vivendo uma emergência. Esse é um momento emergencial. Então, tem que se mexer nesses fundos, sim. Eu vou dizer a vocês, pessoal, colegas, que, por muito menos, em outras gestões, rapou-se o dinheiro dos fundos para se pagar salário. Por muito menos. Não chegou nem a haver uma paralisação. É isso.

É certo que os recursos do Tesouro, aqueles que o Governador pode manipular discricionariamente, não chegam a 380 milhões, mas esses recursos que ele não pode manipular só não podem ser manipulados porque a lei não permite. Agora, o Governador e os Deputados foram eleitos para manipular a lei e, se preciso for, nós devemos, sim, alterar a lei aqui, por isso eu fiz a proposta de que a gente pudesse manipular esses fundos, porque o que fica parecendo, quando eu ouço o discurso de alguns técnicos – técnico não é político, técnico arranja soluções, mas o político é que aponta o caminho, é assim que funciona –, o que eu tenho ouvido nesses discursos, parece-me, é que nós somos escravos da lei, e não a lei escrava do cidadão. E, neste momento, a legislação que protege os fundos é prejudicial, porque primeiro, precisamos proteger esses salários. Fico muito feliz que o Governador Rollemberg tenha chegado a essa conclusão. Fico muito feliz e quero parabenizá-lo.

Quero dizer também que nós Deputados somos eleitos para fazer a lei, para mudá-la ao prazer da sociedade e, quando isso chegar aqui, pelo motivo de que temos que pagar esse salário, qualquer lei que impeça o Governador do Distrito Federal de tocar em fundos vai ser derrubada, exceto aquelas leis, obviamente, que forem de competência do Congresso Nacional. São muitos fundos. Ao todo, é 1 bilhão e 148 milhões de reais em fundos. Claro que uma parte não pode ser mexida porque é de convênio, porque já está apontada para um setor muito específico, mas grande parte disso pode, sim, ser tocada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Israel, eu já ampliei seu tempo por duas vezes. Conclua.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Muito obrigado pela gentileza. Eu concluo, então, dizendo, Sra. Presidente, que, nesta Casa, nós Deputados, especialmente nós Deputados que temos ouvido tanto – não é, amigo e Deputado Prof. Reginaldo Veras? – dos nossos colegas professores, vamos aprovar isso em regime de urgência na hora em que chegar porque essa é a prioridade.

Eu queria pedir a vocês que, já que não tivemos um primeiro dia de aula – para mim, desde que eu assumi como Deputado há cinco anos, é o dia mais importante do ano e não poderia ser ofuscado –, no momento em que isso for resolvido e a gente tiver o primeiro dia de aula do ano, independentemente das nossas sensações, do que o nosso coração estiver sentindo, que a gente faça um início de ano muito especial, um início de ano cívico, que demonstre que, apesar de este país ainda não ser um país civilizado pela forma como trata os professores, nós vamos ensiná-lo a ser civilizado. O primeiro dia de aula vai ser incrível depois que a gente resolver essa crise.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel. Quero lembrar que o Deputado Prof. Israel é o Líder do nosso bloco, é muito querido e foi muito feliz em suas colocações.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada, eu pediria a V.Exa., como Presidente da Casa, que fosse mais rigorosa com o prazo, senão outros colegas vão ficar prejudicados. Então, eu peço aos colegas que se atenham ao prazo regimental, senão prejudicarão a audiência pública. Todos estão ansiosos para falar. Alguns, inclusive, já saíram.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Vou lembrar os Parlamentares de que ali está o nosso tempo regimental e, ao final, não irei renovar os tempos, senão vários Parlamentares ficarão prejudicados.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, galeria, hoje venho aqui com o coração menos amargurado do que vim a esta tribuna há dois dias. Não é do meu feitio. Em geral, faço um discurso muito pragmático, com muita temperança, mas, em virtude daquela greve, dos acontecimentos que se seguiram, cheguei aqui, digamos, mais envolto pela emoção do que pela razão. Hoje vou fazer o uso da palavra de forma mais racional.

Primeiro, quero dizer que esta sessão talvez seja uma das coisas mais importantes que já aconteceram na Câmara Legislativa nos últimos tempos. Não me vem à memória – eu que acompanho política há muito tempo – uma sessão em que todos os seguimentos ligados à educação estivessem presentes no plenário desta Casa. Nós temos aqui: os dois sindicatos mais representativos dos servidores da área de educação, o SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal e o SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas; os Parlamentares; o nosso Secretário; e o Presidente da Associação de Pais e Alunos, que eu fiz questão de convidar, porque, em geral, nós não ouvimos os pais. Agradeço ainda a presença de muitos estudantes que estão ali, porque, em geral, eles são os mais prejudicados e não são ouvidos. Até peço desculpas, pois deveria ter chamado aqui também a esta sessão, Sr. Presidente, um dos membros dos estudantes. Não cometerei novamente essa falha.

Esse requerimento nasceu na Comissão de Educação e Saúde, da qual sou Presidente. Dou crédito a quem merece. O Deputado Wasny de Roure me procurou e mostrou a importância de nós debatermos esse assunto na comissão. E eu, vendo que a situação era crítica, disse: "O assunto é de tamanha importância, que ele não deve se restringir à Comissão de Educação, e, sim, ao plenário, visto que aqui é a Casa do povo". Isso se concretiza neste momento. Estamos aqui com todos os segmentos da sociedade na busca de uma solução, porque os culpados não nos interessam mais, o problema existe e queremos a solução.

No que se refere à solução, já fico mais feliz aqui de saber que o governo finalmente achou um elemento de criatividade, que o meu amigo Deputado Prof. Israel acabou de levantar ali. E me questiono, Deputado Prof. Israel: por que não surgiu essa solução antes? Há anos e anos, eu, como professor e como cidadão,

critico os constantes remanejamentos de verbas da educação para outros setores. Isso é uma prática nesta Casa. Isso aconteceu no governo passado, no Governo Agnelo. Inclusive – Deputado Prof. Israel lembra bem, porque temos um amigo em comum que cuidava justamente desse assunto na FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa, nosso amigo Ricardo Ferreira – na hora em que a chapa esquentou, no final do governo, foram remanejados milhões da FAP. Digo de passagem, num remanejamento que a lei amarra, mas acharam um mecanismo para remanejar e cobrir os déficits do Governo Agnelo no final. Não me interessa. O que interessa é que podia para uma coisa, mas, na hora que é para remanejar e pagar o professor, não acontece. Ou seja, por que não fizeram isso antes? Por que deixaram que esta situação chegasse ao ponto em que chegou, a esse desgaste desnecessário, de tal maneira que nós temos que estar aqui neste momento?

Ainda bem que acharam um mecanismo criativo. Defendo aqui, Deputada Celina Leão, minha Presidente, que, na hora em que o governo entregar isso à Casa, nós não esperemos, que seja convocada uma sessão extraordinária para segunda-feira. Se chegar amanhã, eu tenho certeza de que os Deputados não irão se furtar a estarem aqui na segunda-feira, ou que seja no domingo, para que nós votemos imediatamente esse remanejamento e que esse dinheiro esteja o mais rápido na conta dos... Projeto de lei complementar, está aqui afirmando o Deputado Prof. Israel. E aí não interessa. Nós nos reunimos aqui no domingo, que seja de madrugada. O importante é que cheguemos à solução dessa questão.

Aproveito a tribuna e o pouco tempo que disponho para deixar uma crítica. Já fiz isso e vou enfatizar: a judicialização desse movimento de paralisação, o fato de o governo levar à Justiça foi um equívoco político e fere a democracia. E, quando fere a democracia, fere o diálogo. Os professores já estão absolutamente insatisfeitos. Judicializar não é o caminho. Nós estamos sempre dispostos ao diálogo. Até porque, há dois meses, os representantes dos professores, via Sinpro, e dos servidores, via SAE, buscaram a Justiça para questionar o atraso. E a Justiça não teve a mesma celeridade em responder como respondeu ao governo. Eu não vou questionar decisões judiciais, pois elas são soberanas, mas nós questionamos os procedimentos adotados para que isso tenha chegado à Justiça. Somente por meio do diálogo, do empenho... Coisa que digo que faltou para que se chegasse a esses mecanismos de criatividade a fim de resolver.

Então, vamos manter o diálogo, vamos convocar sessão, nem que seja de madrugada. O importante é resolvermos. Todos os dias, eu recebo relatos, Deputado Prof. Israel – V.Exa. deve recebê-los também –, de amigos nossos que estão passando por extrema dificuldade. E professor em dificuldade não vai ensinar. Ele

não consegue. Professor que é obrigado a voltar à sala de aula por meio da Justiça, ele não vai formar cidadão, ele vai vigiar pessoas que não serão cidadãos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência gostaria de fazer um acordo com os Parlamentares para que, assim que o projeto chegar a esta Casa, independentemente de ser dia de sessão ou não, realizemos uma sessão extraordinária. Se o projeto chegar a esta Casa amanhã, que o votemos amanhã; se o projeto chegar na segunda-feira, que o votemos na segunda-feira. Então, eu gostaria de fazer esse acordo com os Deputados, pois não sabemos se o projeto chegará ainda hoje ou amanhã. Regimentalmente, esta Casa tem sessões nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras. O meu pedido aos Deputados que estão presentes é que, se o projeto chegar a esta Casa amanhã, votemo-no amanhã ou, se chegar na segunda, votemo-no na segunda-feira, para que possamos quitar as dívidas com os professores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de informar que o bloco Amor por Brasília aprova o encaminhamento que V.Exa. acabou de colocar. Quando esse projeto chegar a esta Casa, seja qual for o horário, seja o dia que for, nós iremos votá-lo para que o professor possa receber em dia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que é a comissão de mérito que irá examinar o projeto, eu quero, em meu nome, em nome do Deputado Prof. Israel, em nome do Deputado Wasny de Roure, em nome do Deputado Rafael Prudente e em nome do Deputado Júlio César, dizer a todos os presentes a esta sessão que, assim que for cumprido o formalismo exigido pelo Regimento da Casa, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças estará pronta para examinar o processo.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fico muito satisfeito em saber a respeito desse remanejamento. Mas eu acho que, do Buriti para cá, são mais ou menos quinhentos a seiscentos metros. O nosso Ministro, aliás, Secretário Marcos Dantas – eu já estava até profetizando que S.Exa. poderá vir a ser ministro – poderia fazer uma ligação ao Buriti e pedir que o projeto seja encaminhado, porque a urgência é muito grande. Até porque amanhã terá uma assembleia dos professores. Então, se o projeto for encaminhado a esta Casa hoje, nós nos comprometeremos a ficar aguardando, viesse a hora que viesse hoje. Porque eu acho que o assunto é muito urgente e, na segunda-feira, já começariam as aulas, conforme o Deputado Prof. Israel Batista falou.

Então, que a senhora, como nossa Presidenta... Que o nosso Marcos Dantas, que é um grande Secretário, e o nosso Secretário de Educação viessem hoje, porque amanhã, na assembleia, eles já levariam a resposta e, na segunda-feira, teríamos uma aula de primeira.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer a V.Exa. dois pontos: estamos prontos para votar o projeto na hora em que o governo mandar, mas é preciso que seja dito que o projeto é exatamente para pagar os professores.

E mais um ponto: já que, por intermédio desta Casa, está se chegando a um entendimento, quero fazer um apelo ao Secretário Júlio e ao Secretário Marcos Dantas, no sentido de que façam gestão junto ao Governador Rollemberg, para que S.Exa. determine à Procuradoria do Distrito Federal entrar no Tribunal de Justiça com um pedido de adiamento do cumprimento da decisão tomada pelo tribunal e, assim, cheguemos a um entendimento.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço aos colegas que todos sejam breves, pois há Deputados que nem se manifestaram ainda.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALD VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, consultei o Jean, que é servidor desta Casa, já secretariou a Presidência desta Casa e de quem me orgulho, pois já foi meu aluno, se haveria algum impeditivo para a realização de uma sessão extraordinária no final de semana. Não

há impeditivo legal. De tal maneira que, se esse projeto chegar a esta Casa hoje ou amanhã, tenho certeza de que os Parlamentares aqui presentes não se furtarão a virem aqui no domingo analisar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com certeza, Deputado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Então, Sra. Presidente, que seja convocada uma sessão extraordinária, ainda que para o final de semana.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, se o projeto do Executivo não chegar, vamos votar o projeto do Deputado Prof. Israel, porque ele trata do mesmo tema e já está protocolado na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, acredito que há vício de iniciativa no projeto, e não podemos correr o risco de ele ser considerado inconstitucional e isso prejudicar os professores. Acho que o Buriti tem que agilizar essa matéria e mandar para cá, o mais rapidamente possível, esse projeto, de preferência ainda hoje. Nós ainda estamos em votação.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Só para confirmar: o nosso bloco, PDT, PV e Solidariedade está fechado com essa causa também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Secretário de Educação, saúdo toda a mesa de trabalho. Quero cumprimentar os colegas Deputados; os sindicatos, nas pessoas do Washington e do Denivaldo; todos os profissionais da educação, carreira de apoio, professores; toda a imprensa e a assessoria aqui.

Vou ser bem objetivo, Sra. Presidenta, até porque os colegas que me antecederam foram muito claros nas suas intervenções. Na realidade, a proposta que o Governador Rollemberg apresentou há pouco, nos meios de comunicação, já foi

utilizada aqui no Distrito Federal, em 2012 e em 2013. Isso, inclusive, traz, naturalmente, uma consolidação na mudança da Lei Orgânica, com a inserção do inciso XIV do art. 150. Então, a matéria já está disciplinada na Lei Orgânica do Distrito Federal. Isso é possível. Mas temos que ter clareza de que há fundos e fundos, fundos da habitação... Há uma enorme variedade nesse sentido.

O Governador, na entrevista dele, Professor Júlio César, falou uma coisa que me deixou preocupado, porque, ao falarmos de números, a leitura sempre depende de que ângulo se fala. Ele falou da frustração sucessiva de 50 milhões no mês de janeiro e no mês de fevereiro. Estou supondo que a frustração a que ele está se referindo é em relação àquilo que foi previsto e não propriamente ao que ocorreu no ano passado. Se levarmos em conta o ano passado, veremos que houve um incremento. Não é significativo, mas temos um incremento. Nos dois meses, a arrecadação chega a cerca de 1 bilhão e 750. É bem verdade que o mês de fevereiro ainda não fechou.

Deputado Júlio César, quero pedir a sua atenção porque, como foi dito aqui, V.Exa. é, em primeiro lugar, um professor, dedicou a sua vida à educação e goza de respeito por parte dessa categoria. Naturalmente, coube a V.Exa. uma tarefa extremamente difícil, e eu não quero fugir dessa responsabilidade, até porque foi o governo que apoiei até 31 de dezembro que também contribuiu para esse cenário. Estou aqui para dar a minha contribuição, já que, até 31 de dezembro, eu estava sentado a essa Mesa. Não quero, portanto, me ausentar diante de uma categoria à qual sempre manifestei o meu apoio e o meu respeito. Como muito bem dito pelo Deputado Wellington Luiz, uma categoria que diuturnamente cuida dos nossos filhos, cuida da sociedade. É na escola pública que estão exatamente aqueles mais sofridos e sacrificados. Não são alunos que vão em carro próprio, em carro do ano. São alunos que são levados com dificuldade para a escola, muitas vezes sem um alimento. Portanto, são professores, são auxiliares que estão diuturnamente enfrentando inúmeros problemas, não apenas a falta de salário. É desde a goteira à falta de giz, à falta de material e tudo o mais.

O que nos deixa estarrecidos – este é o sentimento: estarrecido – é que os demais servidores, com todas as dificuldades, a grande maioria recebeu, inclusive nós aqui. Isso nos deixa em uma situação de vergonha, porque é tratamento diferenciado. E essa categoria deveria ter prioridade.

Então, Deputado Júlio César, na sua tabela, quando V.Exa. traz os compromissos de dívidas da ordem de praticamente 269 milhões... Para boa parte dessa dívida, no meu modo de entender, podem ser utilizados os recursos do salário-

educação. E o Deputado Chico Vigilante, de maneira apropriada, colocou corretamente... Pelo menos o Siggo, que acessei por intermédio da nossa assessoria, aponta um saldo da ordem de 233 milhões de reais, dos quais temos a utilização, para o FDAT, da ordem de 7 milhões e pouco, diante dos 50 milhões que haviam sido colocados. Na totalidade, a leitura é rubrica 103, da ordem de 233 milhões de reais.

Essas dívidas aqui arroladas, várias delas, sobretudo a terceirização e – parece-me – outras rubricas, podem ser supridas com esses recursos, dispensando-se a Fonte 100, o que disponibilizaria, no caso da Fonte 100, o pagamento de salário. A minha pergunta ao senhor e a sua equipe é se, em algum momento, a equipe da Secretaria de Educação ofereceu ao Governo do Distrito Federal essa alternativa. Essa é uma primeira pergunta que quero fazer à sua pessoa.

A segunda é o quanto temos do salário-educação, que já entrou, aplicado. Porque nós sabemos que há um resgate agora proveniente das aplicações do salário-educação dos anos anteriores, que é uma aplicação financeira que gerou um saldo da ordem de 143 milhões de reais. Esses 233 milhões contabilizam esse recurso como um todo, inclusive os 143 milhões de reais. A assessoria de V.Exa. deve ter esses números, porque estão disponíveis no sistema, um de 28 milhões, outro de 25 milhões e outro de 41 milhões. Isso é o que perfaz o total dos 233 milhões.

Na nossa leitura, a rubrica 103 poderia ser disponibilizada para utilização dos contratos. Não sei se todos eles, mas boa parte deles poderia ser suprida. Consequentemente, a Fonte 100 poderia ser disponibilizada para a questão de salários. Foi uma ideia que nós pensamos, mas, como o Governador Rodrigo Rollemberg já apontou para a saída do problema, e realmente é possível, como diz o Deputado Prof. Israel, pelo que consta no art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com uma emenda recente incorporada ao texto. Eu quero fazer a V.Exa. essas duas perguntas: se a sua equipe chegou a apresentar, se tem a disposição de apresentar a utilização da Fonte 103 para pagamento desses compromissos, liberando a Fonte 100 para a questão de pessoal – então, esse é o raciocínio – e a segunda diz respeito ao que temos hoje propriamente dito do salário-educação aplicado para que tenhamos uma leitura mais completa.

Portanto, são essas considerações que deixo aqui aos colegas, mais uma vez, ao concluir, deixando a todos vocês uma palavra no sentido de que a guerra que os professores enfrentam e que os trabalhadores da educação enfrentam é algo que deve nos causar profundo constrangimento, porque aquilo que é um direito tem se tornado uma luta difícil, ingrata. O Governador Rodrigo Rollemberg tem uma

história de compromisso com esta cidade – não o apoiei, e não o estou aqui apoiando, porque o meu partido está, neste momento, numa posição de Oposição ao Governo Rollemberg –, e tenho certeza de que este governo terá uma resposta o mais rápido possível. Eu faço aqui das minhas palavras um apelo, uma palavra de construção de uma saída para esse problema que só constrangimento traz a toda a cidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Registro a presença do Deputado Cristiano Araújo, que chegou há algum tempo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer rapidamente algumas considerações. Eu não gostaria de usar o meu tempo na tribuna. Posso me inscrever para falar por último por cinco minutos ou posso falar daqui por três minutos, se V.Exa. permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção dos colegas, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero cumprimentar o Secretário de Relações Institucionais, Sr. Marcos Dantas, e o Secretário de Educação, Sr. Júlio Gregório.

Em primeiro lugar, venho aqui declarar o meu apoio integral aos professores, assistentes, enfim, à carreira de educação do Distrito Federal. Eu acho que é um momento muito grave o que nós vivemos por conta desses alunos que não estão em sala de aula no início do semestre, o que pode comprometer o ano letivo. Então, é fundamental que o governo construa uma saída. Ao que me parece, já existe essa solução do fundo para resolver o problema dos professores. Quero dizer que, vindo hoje, ou vindo amanhã, ou vindo segunda, nós vamos estar aqui integralmente para apoiá-los, e para que seja liberado o crédito para o pagamento dos professores.

O que me chama a atenção – falo no sentido de colaborar com o governo – ao ver essa crise toda, falando de problema com dinheiro, problema dos reajustes que não estão sendo cumpridos, 13º ainda atrasado, férias, é que no dia 13 de fevereiro, este mês, o Governo do Distrito Federal publicou no Diário Oficial uma remissão de imposto para uma empresa de medicamentos de 70 milhões de reais. Eu

pergunto: será que a prioridade é a remissão dos impostos dessas empresas que já estão consolidadas aqui e que poderiam estar contribuindo para que se arrecadasse mais e, naturalmente, se gerasse mais caixa para o governo poder fazer o pagamento dos professores? Essa é uma das questões que eu trouxe e que me intriga muito. Está publicado no Diário Oficial: empresa no setor de medicamentos, quase 70 milhões.

São essas as reflexões que trago ao governo e ao Sr. Secretário. Será que é esta a nossa prioridade agora: atender os professores ou fazer remissão de impostos a empresas de medicamentos?

Eu teria ainda outras considerações a fazer, mas acho que a pertinência aqui é a questão do recebimento de salários dos professores. Elaborei mais algumas coisas e gostaria muito de perguntar ao Secretário o que se vai fazer com as carteiras de sala de aula que ainda não chegaram por conta da greve dos caminhoneiros. Eu gostaria muito de falar do PDAF, da desburocratização do PDAF; eu gostaria muito de falar dos aluguéis da Secretaria de Educação. Fala-se muito em enxugar a máquina pública, mas hoje a Secretaria gasta mais de 15 milhões com aluguéis.

Eu teria várias questões por fazer, as quais farei via ofício a V.Exa., mas vim aqui mesmo para declarar o meu apoio aos professores. Eu trouxe essa questão da remissão que foi feita a essa empresa de medicamentos não como crítica ao governo, mas como reflexão. Será que é justo o governo entrar na Justiça contra o professor reivindicar o seu salário atrasado? É justo o governo fazer isso e por outro lado dar um presente desses a uma empresa de medicamentos? É essa reflexão que temos de fazer se queremos refletir o caixa de salários para os professores.

Então estou aqui para me solidarizar e deixar o meu apoio aos professores do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores representantes do Sindicato dos Professores, professores aqui presentes, primeiro, quero me solidarizar com todos os

servidores da educação que estão passando por esse problema. Minha mãe, não sei se as pessoas aqui sabem, é professora. Ela não mora no Distrito Federal, mas é professora. Então, me solidarizo com todos vocês. Solidarizo-me também com a situação do Secretário, que tem boa vontade de trabalhar e de resolver, mas a questão de arrumar dinheiro não é com ele. Quem é responsável pela gestão do dinheiro no Distrito Federal é o Secretário de Planejamento e o Secretário de Fazenda. Então, cabe à equipe econômica arrumar saídas para obter os recursos para mandar para a Secretaria de Educação, e o Secretário poder pagar. O Orçamento do Distrito Federal é de 37 bilhões de reais. Não é possível que não se arrume uma forma com um secretariado competente para arrumar 100 milhões de reais para pagar os professores.

Eu vi aqui que o governo, como forma de reduzir custos, baixou o cartão material escolar de R$242,00 (duzentos e quarenta e dois reais) para R$80,00 (oitenta reais). Vejo também que nós aprovamos neste plenário a ARO, e não resolveu o problema. Então, tenho medo de mandarem outro projeto e também não se resolver o problema. (Palmas.)

Saiu uma matéria no G1: "Rollemberg quer usar 140 milhões de fundos públicos. A ideia é usar verbas dos Fundos da Criança e do Adolescente". Quero alertar aqui que existe um artigo da Lei Orgânica – nº 269 – que não permite remanejamento de fundo da Secretaria da Criança e do Adolescente. Então, peço à equipe econômica que se junte nessa madrugada e ache uma solução, mas uma solução viável, que venha a esta Casa para que nós possamos votar algo que seja eficaz e resolva o problema.

Essa é a minha ponderação, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, trabalhadores e trabalhadoras da educação, Srs. Secretários de Educação e de Relações Institucionais, o poeta diz que a lição nós sabemos de cor, só nos resta aprender. No dia 31 de dezembro, eu recebi o telefonema de uma jornalista do *Correio Braziliense* que publicava a nossa agenda de fiscalização – operada pelo Professor Magal já há anos –, que dava conta da existência de recursos. A jornalista me ligou para confirmar, e eu disse: "De fato, há recursos. Talvez seja necessária uma decisão política". E só quem pode tomar a decisão

política é o Governador, seja para fazer remanejamento, seja para estabelecer prioridades!

Companheira Rosilene, a minha declaração no jornal é literalmente essa, ali no dia primeiro. Literalmente! Nós publicamos a foto do Siggo, e a declaração é literalmente: "Governo precisa dizer quais são as suas prioridades". No dia primeiro de janeiro!

Pois bem, o governo preferiu, optou por olhar pelo retrovisor e imputar a culpa ao governo anterior. E pior: imputar à população, com o aumento de tributos, e atribuir aos trabalhadores, com o não pagamento de atrasados, de indenizações e de décimos terceiros, a responsabilidade pelo problema. É preciso que nós olhemos para frente, e é preciso coragem política. Ninguém pode assumir um governo sem ter essa coragem de fazer opções.

Naquele momento, nós já dizíamos – há pouco eu conversava com o Professor Magal – que o governo precisava optar – inclusive foi o meu *post* de hoje de manhã – pelo remanejamento de recursos dos fundos em que fosse possível remanejar. E não apenas para pagar salários que vêm adiante, mas se preocupando com esses atrasados, porque a população e os trabalhadores não podem ficar com a conta – sempre com a conta – do mau governo, de uma administração equivocada. Eu nem cito, porque não importa. E como o Distrito Federal está precisando de sorte! Essa é uma realidade, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Não se fez, essa é a verdade. Não se fez. E nós lutamos tanto por isso. O Deputado Chico Vigilante vinha à tribuna e dizia: "Há dinheiro". E apontava. Todo dia apontava mais recursos. O Deputado Raimundo Ribeiro vinha à tribuna e dizia: "Se tinha, por que não pagou?" Enquanto isso, o trabalhador e a trabalhadora suportando o ônus e a população esperando o aumento de tributo. Não é possível que continuemos com governos a optar por passar o ônus para a população. Não é possível mais isso. Esta Casa está de prontidão contra isso.

Hoje o Governador anunciou que, de fato, vai trabalhar com remanejamento. Podia ter iniciado esse processo, essa operação, há dois meses. Nós não estaríamos vivenciando isso! E insisto: não apenas para pagar salários que vêm vencendo e que vão vencer, mas para pagar os atrasados, porque o ônus não pode ficar com o trabalhador e a trabalhadora! Essa é uma opção política! Nós temos que ter prioridade, e aí não vamos agradar a todo mundo. A prioridade, nesse caso específico, é que o trabalhador, a trabalhadora e a população não suportem o ônus.

E, Sra. Presidenta, se há responsabilidades por uma má gestão fiscal, administrativa, que se processem e se punam os responsáveis, sejam de que partido

forem! (Palmas.) Eu quero, com isso, dizer que estamos atentos para que tudo se cumpra.

Acho que o Governador, no mesmo espaço, deveria procurar retirar a ação. Foi péssima a iniciativa de levar a questão ao Judiciário, neste momento. A gestão é principalmente política, mais política que jurídica, e é muito ruim transferi-la ao Poder Judiciário. Não entro no mérito da decisão do desembargador, que possivelmente está certo segundo os pressupostos jurídicos. Mas o pressuposto aqui é a dívida do Estado com a sociedade e com o trabalhador!

Peço mais, aproveitando que o Secretário veio aqui. Aquela emenda a que se referiram os colegas no início da fala é de nossa autoria, a emenda para que, nos moldes do direito anglo-saxão, todo secretário venha à Casa, independentemente de convocação. Nós aprovamos, no ano passado, que todo secretário venha à Casa prestar conta sobre o seu trabalho.

Quero agradecer ao senhor, dizer que nós estamos prontos para o debate, mas quero lhe fazer uma observação, Professor Júlio, pelo respeito que tenho pelo senhor, pela sua história – não o conhecia pessoalmente, conheci hoje. Há um segredo na história da humanidade: não mexa em direitos, nunca! Em direito conquistado não se mexe! Arruda tentou trazer aqui o fim da licença-prêmio, e nós acabamos com a tentativa ainda no auditório, não chegou nem ao plenário! E toda vez que se mexer em direito, independentemente de que governo seja, nós aqui não deixaremos passar!

Eu queria agradecer imensamente, Sra. Presidenta, a paciência aos secretários, trabalhadores e trabalhadoras, e dizer a todos que nós estamos atentos e não descansaremos enquanto não se cumprirem essas obrigações! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite.

Regimentalmente, o Presidente do Sinpro seria o último a falar, junto com o SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal, para fazer uma proposta. Mas há um pedido do Presidente do Sinpro, que esta Presidência acata, para falar antes dos Deputados.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Diretor – desculpem. Esta Presidência acata o pedido, se os Deputados não tiverem nada contra ele. Acho que é importante. Só há mais quatro Deputados inscritos. Peço que a gente antecipe a fala do Diretor do Sinpro.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor do Sinpro-DF, Washington Dourado.

SR. WASHINGTON DOURADO – Obrigado aos Parlamentares pela compreensão. Deputada, nós somos uma diretoria colegiada, e colegiada pura mesmo – nem secretário-geral temos.

Em nome da grande categoria do magistério público do Distrito Federal, das professoras, dos professores, das orientadoras, dos orientadores, saúdo aqui todos os Parlamentares, na pessoa da nossa Presidente, Deputada Celina Leão; o Secretário de Educação e todos os seus assessores; o Secretário de Relações Institucionais, Marcos Dantas; o nosso companheiro de luta, representando o SAE, Denivaldo; o representante da Associação de Pais; e todos que estão aqui presentes.

O Secretário de Educação fez um balanço da sua gestão, ou da transição, até aqui. Eu quero rapidamente fazer um balanço do mesmo período, mas sob o nosso ponto de vista, o ponto de vista dos trabalhadores da educação, especialmente do magistério público. Antes, porém, quero fazer uma preliminar e deixar claro aqui, senhoras e senhores, que o nosso sindicato não é preposto de ninguém, que o nosso sindicato exige respeito em toda e qualquer instância, por toda e qualquer autoridade. E mais do que isso, quando nós não temos o respeito em nossa grande história, nós arrancamos o respeito na luta. Foi assim que fizemos 34 dias de greve no último Governo Roriz; fizemos 30 dias de greve no Governo Arruda; fizemos 54 dias de greve no Governo Agnelo, porque, para nós, não há coloração partidária. Temos a pauta e os interesses da categoria que representamos. Eu espero que, no Governo Rollemberg, não tenhamos que fazer tudo isso, até porque este é um governo em que a própria categoria, em massa, votou e acredita nele, apesar de a decepção começar e ser muito grande. Eu quero... Obviamente a maioria da categoria votou, e é engraçado como rapidamente já começou a decepção.

Quero aqui fazer um balanço observando que essa crise começou, obviamente, no final do governo passado, quando tivemos o atraso no pagamento do décimo terceiro dos aniversariantes de dezembro e da diferença do décimo terceiro dos aniversariantes que aniversariaram antes dos dois reajustes de 2014. Em dezembro, por muitas vezes, fechamos as pistas, fizemos a luta, fizemos as denúncias necessárias, tivemos o apoio desta Casa também em determinados momentos. Mas nós passamos de governo com esse calote, é preciso registrar, é preciso obviamente que se busquem os responsáveis.

No novo governo, além dos atrasos desses dois itens que colocamos, tivemos o não pagamento do adicional de férias e, no nosso caso, há que se dizer, férias coletivas. Portanto, tem um peso muito grande não só no caso da nossa

categoria, mas também de toda a sociedade, pois a sociedade se organiza em torno do nosso calendário escolar e, obviamente, do nosso período de férias coletivas. Tivemos também o calote, obviamente, na rescisão dos professores do contrato temporário. O contrato temporário, que vigora até o meio de dezembro, ou final de dezembro... Esses 6 mil, 7 mil professores recebem em janeiro suas rescisões, porque é o salário deles desse período até que venha um novo contrato. Então, é até uma questão humanitária fazer esse pagamento.

Nós tivemos o calote do governo anterior e este governo que entrou, com discurso de moralização, também deu um calote, mas não se contentou no calote, começou a fazer um terrorismo junto à sociedade, colocando, inclusive, é bom que se registre, a responsabilidade dos problemas financeiros do governo nos nossos reajustes, especialmente o nosso da carreira do magistério, o que é um absurdo, o que é um crime, porque sabemos que esta Casa aprovou o Orçamento, que esta Casa aprovou o plano de carreira. Não é possível que esta Casa aprovou o nosso plano de carreira, aprovou o orçamento sem prever os recursos para os nossos reajustes deste ano. Então, não aceitamos esse discurso, nunca aceitamos que coloquem a conta em nossas costas. Se houve problema com o governo passado, então que esta Casa e todos os órgãos de fiscalização se posicionem, façam seu papel. Agora, o nosso salário, não podemos... O nosso reajuste não pode ser o motivo do ocorrido.

Mas não foi só isso não! Durantes esses quarenta dias... Estão vendo essa indignação, Srs. Parlamentares? Essa aqui é pequena perto da que aconteceu na assembleia. Foi indignação total! Uma indignação não só pela falta de pagamento, mas, repito, pelo terrorismo constante, sim. Foi ameaça de cortar a licença-prêmio, inclusive repercutida por Parlamentares desta Casa, foi ameaça de cortar abonos. Abonos do TRE chegaram a ser ameaçados de serem cortados por portaria, benefício concedido pela Justiça Eleitoral! Vejam que absurdo! Houve ameaça aqui, para que não se esqueçam, de parcelamento do décimo terceiro deste ano, coisa que a Lei nº 840 não permite. Nem décimo terceiro nós temos, temos gratificação natalícia paga no mês de aniversário. Além disso, até a semana passada, tivemos que correr atrás de informações, pois saíram desta Casa, inclusive, informações sobre mudanças no nosso regime jurídico. Obviamente, está mais fácil este governo não terminar o mandato do que mudar o nosso regime jurídico do Distrito Federal. (Palmas.)

Por fim, outro absurdo. Quero registrar aqui que nos envergonha muito o posicionamento do nosso Tribunal de Contas e o posicionamento do nosso Judiciário neste momento. Basta o Executivo dizer que não tem recurso para o Tribunal de Contas e o nosso Tribunal de Justiça concederem decisões desfavoráveis aos

trabalhadores. O governo foi lá e disse que não poderia pagar os salários – olha o absurdo – e propôs o parcelamento. O Tribunal de Contas, de uma forma irracional, porque sequer pediu para verificar as contas do GDF, sequer pediu para verificar os extratos da conta, concedeu uma decisão parcelando os salários dos servidores em três parcelas dentro do mês... Mas o pior disso – até porque a nossa categoria ganha pouco e não foi muito atingida por esse parcelamento – é que o governo tomou a decisão de somar o salário com o décimo terceiro de quem aniversariou em dezembro e em fevereiro e parcelar. Parcelou a soma do salário com o décimo terceiro! Não era o parcelamento só do salário? Como parcela também a nossa gratificação natalícia fazendo uma correção?

Veja, gente: existe lei no Distrito Federal ou aqui funciona do jeito que o Executivo manda? Temos que fazer essa discussão também. Pelo menos até agora, não existe aqui uma ditadura, não. A palavra do Executivo tem que ser questionada, e esta Casa tem que demonstrar isso de forma efetiva.

Fora isso, Sras. e Srs. Deputados, houve situações na Secretaria de Educação inaceitáveis. Por exemplo, mudança unilateral e autoritária do calendário escolar, o que deixou toda a sociedade insatisfeita; decisão unilateral de cortar os coordenadores pedagógicos; repasse extremamente insuficiente para que as escolas comprem material pedagógico e façam as reformas e os reparos necessários; adiamento do calendário escolar para reformar escola... Não reformou, nem cortar o mato, cortou. A verdade é essa na maioria das escolas. E aí, pegou 9 milhões, repassou o que deu para as escolas... E nem passou tudo, porque muitas escolas, muitas mesmo, receberam menos de mil e quinhentos reais para iniciar este ano letivo. Essa é a grande verdade.

E não parou por aí. Depois disso, nós tivemos, no meio de janeiro, um processo de luta para garantir a negociação, quando o governo anunciou o calote nesses direitos já citados aqui. Fizemos, ainda em férias, fechamento de pista, manifestações, acampamentos, e a proposta do governo era o parcelamento até outubro do décimo terceiro, das férias e da rescisão do contrato temporário. Olha, gente, imagine como é que um trabalhador reage neste país a um parcelamento do seu salário até outubro!

Depois de muita pressão, acampamento e tudo, o governo anunciou que parcelaria até junho. Voltou atrás e foi até junho. Nós deixamos absolutamente claro em mesa de negociação que nós não aceitamos o parcelamento dos nossos direitos. Entrou então a discussão da ARO. Foi uma sugestão até para sair daquela coisa de se tinha ou não dinheiro, porque este governo, academicista como é, e isso é

importante, esqueceu-se de fazer política e de ver que o Executivo é um espaço de decisão política e não só de decisão jurídica. O governo não apresentou nenhuma proposta. Chegou a ARO. Com atraso veio a esta Casa, que respondeu imediatamente e aprovou. Com atraso foi publicada no Diário Oficial e até hoje tem atraso na sua tramitação, de forma que ninguém nunca disse para nós quando é que este governo terá o recurso da ARO para pagar os nossos salários atrasados. Não há garantia nenhuma. Quando vier pagará. Quando?

Concluído esse processo, nós anunciamos que no dia 23 haveria assembleia. Procuramos o governo, discutimos com a equipe econômica, fizemos sugestões de remanejamento de recursos. Tudo o que propomos o governo diz que é ilegal e não dá para fazer. Fizemos um alerta: a categoria vai fazer assembleia. A assembleia é soberana, vai dar a resposta. O governo não apresentou proposta concreta. De forma que na segunda-feira tivemos uma reunião. A reunião avançou, mas não avançou na proposta concreta de pagamento imediato. Propôs a disposição em estudar uma solução. O único ponto importante do documento, esse foi muito importante porque cobraremos lá na frente, foi dizer que não vai mexer no nosso direito adquirido. Isso eu tenho que registrar aqui e nós cobraremos no momento adequado. Mas não avançou.

Nós tomamos uma decisão. A assembleia, indignada, tomou a decisão de paralisar as atividades até sexta, amanhã, porque há uma expectativa de negociação. Qual foi a resposta que tivemos? A resposta que tivemos foi uma ação judicial. Olha só: ninguém é capaz de dizer que testemunhou o que aconteceu ontem no Judiciário. O juiz determinou: primeiro, a volta no momento da citação da decisão – nunca se viu isso, porque todo mundo sabe que decisão de categoria, aviso do sindicato para a categoria ocorre no momento da assembleia; segundo, estabeleceu uma multa de 50 mil reais por dia por escola. Se somarmos isso a cada dia de luta dará em torno de 27 milhões. Vocês sabem o que significa isso? Isso significa uma visão do Judiciário que quer exterminar o Sindicato dos Professores, que quer exterminar o Sindicato dos Professores! Mas vocês sabem qual é a nossa resposta, porque nós já revogamos no meio da assembleia decisão do Judiciário. Decisão de justiça nunca pautou as nossas decisões, e não será essa. Não será essa! Inclusive, eu vou declarar aqui antecipando: é a assembleia que decidirá, mas eu tenho certeza de que, se chegarmos amanhã sem uma solução, se o problema...

(Manifestações da galeria.)

SR. WASHINGTON DOURADO – Se amanhã nós chegarmos sem uma solução, e o problema é o tempo de 72 horas, não há problema, senhoras e

senhores. Nós vamos construir a greve por tempo indeterminado. A greve por tempo indeterminado! Porém, voltar como quer o governo, com a categoria humilhada, nós não vamos aceitar. Nós nunca aceitamos.

Para encerrar, eu quero dizer que o governo agiu de uma forma que eu vou falar esperta para não falar o termo correto, mas, de qualquer forma, é uma iniciativa. Sabendo que a discussão seria para antecipar ou remanejar recursos do fundo, o governo se antecipou ao debate nesta Casa e fez via imprensa, não via comissão de negociação representativa das entidades. Soltou lá na imprensa – nem temos conhecimento – uma proposta de autorizar remanejamento de fundos, de forma genérica, foi o que eu entendi, para pagamentos de salários. Não há especificação nessa proposta, pelo que conheço, que seja para pagar os atrasos: nosso décimo terceiro, férias e rescisão. Não há. Fala em pagamento de salários. Espertamente está usando isso para resolver supostos problemas de recurso para completar o pagamento da folha. Gente, essa proposta, se vier, primeiro, tem de ser para pagar os nossos atrasados, se quiserem que voltemos para a sala de aula. Segundo, temos todos de dar conhecimento. Esta Casa precisa formar aqui um grupo, uma comissão, ou todos juntos, para irmos até o governo negociar e entender a proposta para ver se ela se enquadra no que exige a categoria. Votar tudo o que vem do governo já demonstrou que não atende as nossas necessidades. Tem de haver o cuidado de verificar se a proposta atende. Mesmo que vocês tenham boa vontade de votar, se ela atende o governo, mas não atende a categoria, não resolverá o problema amanhã na nossa assembleia.

Concluo. Obrigado. Eu teria muito ainda a falar, mas são palavras que não posso deixar de registrar: deixo claro, muito claro – este governo sabe, todos os Deputados que estão aqui já fizeram parte de um governo e também sabem –, que os professores sempre buscaram negociar, negociar e negociar. Se não quiserem, paciência, mas nunca estivemos fechados ao diálogo. Nunca nos recusamos ao diálogo e à construção das propostas. Agora, estamos à disposição, mas sabendo que tem de se atender o pagamento dos nossos direitos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Washington, eu queria aproveitar um ganho da sua fala e colocar que nós, eu principalmente, como Deputada que fui de Oposição por quatros anos, reconhecemos a luta do Sinpro, e quero aqui registrar a lembrança de um acampamento que foi feito na sala do Wilmar Lacerda. Isso representa realmente a imparcialidade e a luta do sindicato. Quero colocar aqui que esta Presidência fará a articulação e se colocará à disposição para reabrir um canal

de negociação com o sindicato, para os trabalhadores da categoria, para que seja feito esse encaminhamento com o maior debate e transparência possíveis. As propostas estão aqui na mesa de negociação, e eu tenho certeza absoluta – sou mãe e há muitos professores aqui que são mães e pais de famílias – de que não há desejo algum de nenhum professor em continuar a greve. Esta Casa deve exercer o papel de abrir esse canal. Eu me comprometo, Washington, a abrir esse diálogo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, será bem rápido, mas, de fato, será uma questão de ordem. Primeiro, parabenizo o Washington pelas palavras. Ele tem o nosso reconhecimento, pois o Sinpro sempre foi um sindicato apartidário e sempre lutou pela sua categoria. Há o nosso reconhecimento. Depois, Washington, registro que, no dia em que foi votado o pacote de aumento de tributos, o nosso bloco e o do Partido dos Trabalhadores apresentou uma proposta, que é o item 3, que dizia "redução dos fundos com execução abaixo de 50%". Ou seja, se tivéssemos sido atendidos, talvez o problema hoje já tivesse sido resolvido. Esta Casa não se envergou e nem se envergará, porque sabemos que os professores têm toda razão.

A minha questão é dirigida ao Secretário de Assuntos Institucionais, por quem tenho todo o respeito pela excelente articulação que tem feito. Marcão, carinhosamente chamando-o dessa forma, há dois pedidos que eu tenho a fazer: um deles é que o governo tivesse o bom senso e retirasse essa medida de ilegalidade contra os professores, porque até agora, Marcão, eu não consegui enxergar uma ilegalidade em um pai de família que está reivindicando o salário dele. O governo que quer dar certo tem que administrar com bom senso e respeito aos trabalhadores.

A outra é para deixar bem claro – o Washington diz e esse é o raciocínio de todos os Deputados – que essas medidas são para pagar os atrasados. O salário está no Orçamento desde o ano passado, votado e aprovado por esta Casa. Isso tem que ficar bem claro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou fazer uma questão a todos, um encaminhamento desta Presidência. Regimentalmente todos os Deputados têm preferência na fala. Nós temos ainda inscritos o Deputado Dr. Michel, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Renato Andrade, o Deputado Lira e o Deputado Agaciel Maia. Como nós abrimos mão para o Sinpro, o SAE reivindicou o direito de

falar e os pais também. A pergunta que eu faço aos Deputados que ainda vão fazer uso da palavra é se podemos ouvir o SAE e a Associação dos Pais e Alunos do Distrito Federal. Podemos alternar? Vamos alternar. Um Deputado e o SAE.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, peço a esta Mesa que, em seguida ao SAE – peço licença aos Parlamentares –, possamos ouvir os pais, senão este debate fica incompleto. Nós temos um representante na Mesa. Por favor, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É isso que nós estamos encaminhando aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Nós vamos alternar: ouviremos um componente da Mesa e um Parlamentar, sucessivamente. O Deputado Dr. Michel quer falar antes do SAE? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, agradeço ao representante do SAE e ao representante dos pais por eu poder falar, senão não restará nada para falar. Fica muito difícil falar depois dessa eloquência de todos.

Primeiramente, quero cumprimentar a Sra. Presidenta, o Marcão, o nosso Secretário, que foi muito republicano em ter vindo aqui, apesar das vaias que levou. Vir aqui é muito importante, coisa que não vi em outros governos. Eu fico satisfeito só de vê-lo aqui, e queria eu que outros secretários viessem. Eu acho que está na hora, Marcão, se puder, de o Secretário de Saúde vir aqui também.

Quero cumprimentar todos vocês. Apesar de não ser da categoria de professor sindicalizado – eu fui professor de cursinho –, a minha função era delegado de polícia. Hoje sou aposentado e estou aqui por uma missão. Eu não poderia deixar de prestar minha solidariedade aos professores.

Eu era contra o aumento de vocês no ano passado, porque eu acho que vocês não precisavam de aumento, não. Vocês precisavam sabem de quê? De isonomia com o pessoal da categoria de nível superior. Imaginem vocês que não deram a isonomia. Será que não vão querer pagar nem o que foi dado a vocês? Eu não quero acreditar nisso. Eu não quero acreditar, porque todos nós que somos de categoria de nível superior passamos pelos professores. Fica muito difícil essa situação, eu não acredito nisso. Acho que vocês têm o direito de reivindicar.

Eu vim aqui fazer algumas perguntas, que depois podem ser respondidas pelo Secretário. Sr. Secretário, o senhor não é do Planejamento nem da Fazenda. Foi um alvoroço votar a ARO – Antecipação da Receita Orçamentária – para pagar

funcionários públicos, servidores da Secretaria de Educação, SAE e professorado, todo mundo estaria contemplado. Eu acho que está na hora, como disse o Deputado Rodrigo Delmasso, de irmos à luta junto com os senhores para podermos fazer isso.

Pergunto ainda: além da ARO, está sendo feito o pedido de antecipação do Fundo Constitucional? Se está sendo feito, por que não juntamos a bancada do Distrito Federal de senadores, deputados federais e deputados distritais e vamos ao Tesouro pedir a antecipação desse Fundo Constitucional? Neste momento temos que ajudar também, a antecipação resolve o problema.

Temos ainda, Sr. Secretário, uma situação inusitada que acontece hoje dentro do Governo do Distrito Federal: não se pode contratar. Tudo bem, porque está na LRF. Mas a lei não proíbe, por exemplo, falecimento e aposentadoria. A secretaria hoje tem um diagnóstico de quantos vão se aposentar e de quantos falecerão nesse período que não pode? Isso poderia ser divulgado, para que soubéssemos também.

Eu queria saber do senhor como fica a situação dessas 72 escolas que deveriam ser reformadas nesse período em que houve essa dilação do início das aulas. As aulas deveriam iniciar num período e vão iniciar no dia 23. Não foi feito. Por que não foi feito? Não havia dinheiro destinado para isso. Se não tinha o dinheiro, saberia antes. Então, por que adiou, se não tinha dinheiro para fazer a reforma? É essa a pergunta que eu tenho a fazer.

Digo mais ainda ao senhor. Eu acredito, como bem disse o Wellington, que não podemos deixar – Marcão, quero lhe pedir isso – essa situação em que o GDF colocou os professores, e principalmente o Sinpro, de ilegalidade da greve. Não há ilegalidade, Marcão. Eles estão brigando por um direito que é natural, que é o do alimento, que é o pagamento do salário. Então, peço a você, que é um grande articulador aqui dentro – não só pelo tamanho, mas pelo trabalho que você realiza –, que leve isso ao Governador.

Outra coisa: a assembleia é amanhã à tarde? Ao Governador, Celina, você tem acesso, o Marcão também tem. Faça esse trem à noite e amanhã cedo estaremos aqui para votar e levar essa solução à assembleia. Eu conclamo os senhores: levando solução para a assembleia à tarde, segunda-feira, iniciam as aulas nos termos em que o Israel falou, com o maior galanteio para os alunos que estão chegando.

Minha fala é neste sentido: sou solidário aos professores, porque só através da educação nós vamos melhorar este nosso país, não há outra situação. Apesar de

vir da segurança pública, eu passei pela escola pública e sei da necessidade que há hoje de se iniciar o ano letivo na segunda-feira, sem sombra de dúvida.

Eu sei da luta do Sr. Secretário e quero aqui me ombrear a ele, ao Marcão, à Presidenta, aos 24 Deputados desta Casa. Vamos à luta! Vamos amanhã cedo estar aqui. Vamos esperar chegar esse projeto. Eu acho que, se o projeto for feito hoje à noite, amanhã até dez, onze horas da manhã, o projeto estará aqui e já o votamos amanhã. Meio-dia, duas horas da tarde estará pronto. Mesmo que atrase um pouquinho, a assembleia segura lá, porque se está resolvendo o problema.

Diante da fala do Washington Dourado, eu queria dizer o seguinte: vamos chamar os representantes das categorias, do SAE, dos pais – porque os pais fazem parte – e o Dourado para participar desse projeto que vem, para que eles possam dizer: "Esse aqui resolve o nosso problema". Porque depois pode ser que não resolva o problema e nós nadamos, nadamos, mas não chegamos ao outro lado.

Sra. Presidente, se V.Exa. permite, quero dar minha contribuição chamando o representante do Sinpro, chamando o pessoal do SAE e os pais para que, o projeto chegando, participem do debate conosco. Resolve o problema? Resolve. Então, vamos votar agora. Vota-se agora, leva para a assembleia e está resolvido o problema. Segunda-feira começam as aulas.

Eu agradeço muito a benevolência de vocês por terem me ouvido sem me vaiar. Minha intenção é das melhores. Apesar de o inferno estar cheio de gente com boas intenções, a minha boa intenção é termos uma escola de qualidade, um docente bem remunerado para que o homem de amanhã não seja como o que estamos vendo aí, com essa criminalidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao representante do SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Denivaldo Alves do Nascimento.

SR. DENIVALDO ALVES DO NASCIMENTO – Boa tarde, quase boa noite, aos companheiros e companheiras, educadores que estão em cima do plenário. Quero agradecer o convite na pessoa da Presidente Deputada Celina Leão e cumprimentar todos da Mesa.

Essa chamada aqui foi muito importante, porque coloca na consciência da sociedade e dos próprios Parlamentares a importância que tem os educadores do Distrito Federal. Eu acho que nós não devíamos estar aqui hoje numa situação como

essa. Atrasar salário? Salário é algo sagrado para todos os trabalhadores, principalmente para os da educação.

Nós vimos discutindo, desde dezembro do ano passado até agora no mês de fevereiro, a possibilidade de uma saída para essa questão, e eu me lembro muitas vezes de que, entre as várias situações, uma delas que surgiu para buscar uma saída foi essa questão da ARO. Depois de muita discussão, nós tínhamos entendimento – pelo menos nós da comissão paritária do SAE e do Sinpro – que no momento em que viesse para esta Casa a aprovação da ARO, o problema estaria solucionado.

Eu me lembro, inclusive, da pessoa do Secretário de Relações Institucionais, Marcos Dantas, colocando muito claramente que, se fizéssemos uma inserção na Câmara Legislativa, uma conversa, um diálogo com todos os Parlamentares de todas as bancadas e conseguíssemos convencê-los da aprovação da ARO, essa solução do problema viria. Passou por esta Casa um projeto de lei, os Parlamentares reconheceram a importância disso e votaram a favor da ARO.

Estamos aqui hoje de volta buscando outra solução, outro projeto de lei para que esta Casa o aprove, e o Executivo dê solução ao problema.

Eu fico, às vezes, pensando: será que o Executivo tem interesse em solucionar o problema? Porque a ARO – Antecipação de Receita Orçamentária está lá aprovada. A Aro está lá dando condição, inclusive, de se fazerem empréstimos para pagar, executar e liquidar as dívidas do Distrito Federal. No entanto, o governo até agora não se dispôs; ao contrário, nós colocamos, na última negociação, que o limite para quitação disso – inclusive, nós conversávamos – era o início do mês de março para quitar todos os débitos com os trabalhadores, porque o governo hoje tem a sua capacidade de endividamento, a nossa foi esgotada. Nós estamos endividados ao máximo com o banco do Estado, que é o BRB, o agiota do servidor público, que nos lesa todos os dias com seus juros lesivos, e o governo diz que não pode fazer remanejamento de verba.

Eu fico pensando se este projeto, que virá à Câmara novamente, vai ajudar, porque acho que falta habilidade política ou técnica para trazer à tona isso e resolver esse problema.

O agravante é que nós, da Carreira de Assistência à Educação, embora não sejamos reconhecidos como educadores, temos uma representação de 19 mil servidores. Embora nós não tenhamos paralisado as atividades, nós somos os atores da escola pública e estamos lá. No entanto, quero dizer aqui: se até o dia 27 não derem solução ao problema, nós vamos nos somar à luta dos professores! Nós

vamos paralisar as atividades, e aí não vão ser só 40 mil servidores, vão ser pelo menos 70 mil servidores paralisados. É preciso que o governo tenha habilidade política para tratar disso. Isso é necessário, porque a situação não pode ficar do jeito que está. Nós precisamos de uma solução para o problema e o tempo já se esgotou bastante.

Agora, eu vou falar para o Deputado Raimundo Ribeiro. Não é a primeira vez que ele faz uma provocação aqui no plenário aos representantes sindicais, dizendo que outrora, em gestões passadas, eles não fizeram seu trabalho como dirigentes sindicais. Isso não é verdade. Nas gestões anteriores, nós fizemos as mesmas ações políticas de reivindicação de salário, de ir à Praça, de fazer acampamento. Se preciso for, faremos isso novamente porque, independentemente do governo, nós sabemos em que lado da mesa nos sentamos, e este lado da mesa é o lado do trabalhador, independentemente de quem está lá no Executivo! Está certo? Portanto, a gente pede o respeito de alguns Deputados aos representantes sindicais. Se precisar encher este plenário aqui para defender o direito dos trabalhadores e aprovar o projeto, nós vamos encher este plenário.

Quero relembrar, mais uma vez, e inclusive parabenizar a Presidente da Câmara, que diversas vezes defendeu neste plenário a não discriminação das duas categorias no que tange ao auxílio-saúde. Há até um projeto de lei aprovado nesta Casa, no final do ano, que estipulou uma verba suplementar de 12 milhões de reais e que ainda não foi cumprido pelo governo. A Presidente da Câmara se disponibilizou a discutir conosco e levar para o Executivo, porque foi estendido o auxílio-saúde para a Carreira de Magistério e, para a Carreira de Assistência à Educação, até hoje não foi estendido. Nós estamos sendo discriminados por isso.

Portanto, essa é mais uma cobrança que eu, como representante do SAE, faço a esta Casa. Insista junto ao Governador para que execute isso, porque isso aí também é verba suplementar. É preciso tratar esse orçamento voltado para educação e pagar todos os seus débitos. Espero do Secretário que, na próxima reunião, saia uma proposta positiva sobre isso. Isso tem prazo para acabar. Se não acabar agora e não atender as reivindicações da categoria dos professores, aí o SAE se somará ao movimento e não serão só eles, será a gente também nas ruas, e a escola, com certeza, será fechada. Um grande abraço. A luta continua.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero passar a palavra agora ao nosso Deputado Ricardo Vale.

Enquanto o Deputado se encaminha para cá, eu quero dizer que esta Presidência, inclusive com a Deputada Eliana, encaminhamos e conseguimos garantir

uma emenda no Orçamento. Nós vamos cobrar, sim, do governo uma condição para a execução disso, para que os planos de saúde, o auxílio-saúde seja estendido a toda a carreira da educação. A gente sabe que essa é uma luta também dos professores, que não querem estar no mesmo ambiente de trabalho, tendo acesso a um plano de saúde e vendo um companheiro sem ter acesso a esse plano de saúde.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, professores, sindicalistas, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do meu amigo Washington e do meu companheiro Denivaldo. Eu gostaria de parabenizar vocês pela luta. Cumprimento também a companheira Rosilene, enfim, todos os professores e sindicalistas.

Eu acho que começamos a resolver essa questão, que poderia ter sido resolvida há quinze dias, como bem lembrou o Deputado Wellington Luiz. Há quinze dias, nós propusemos o que o Governador está propondo hoje.

Eu quero dizer que torcemos para que este governo dê certo – Viu, Marcão? Eu sou amigo do Governador Rollemberg. Sei que vários professores votaram nele. Sei que vários professores apostam neste governo, mas quero dizer que, infelizmente, Marcão, o governo começou muito nervoso. O governo está perdido. Eu espero e me coloco à disposição, junto com a Câmara, para que possamos ajudar o governo a sair dessa situação de nervosismo. Isso fica muito evidenciado aqui quando o Líder do Governo, por quem tenho o maior respeito, o Deputado Raimundo Ribeiro, em vez de ajudar a resolver a situação, fica tripudiando em cima de sindicalista, fica fazendo insinuações sobre o dirigente do governo passado. Isso não constrói. Isso não é postura de um Líder de Governo que quer resolver, que quer arrumar.

Eu acho que precisamos resolver essa situação. Eu tenho lido nas redes sociais que o projeto já está pronto. Então, para ganharmos tempo, acho que o Líder – eu me proponho a ir junto – deveria atravessar a rua e trazer este projeto para esta Casa para realizarmos a leitura ainda hoje e saber se essa situação será resolvida ou não. Amanhã, pela manhã, poderíamos votar esse projeto de lei. Não há mais tempo. Segunda-feira, as aulas precisam começar. Não é brincadeira.

Eu quero dar um testemunho aqui. Sou de uma família de doze irmãos. Estou vendo o Lisboa, que conhece muito bem a minha família. O meu pai é taxista e a minha mãe é dona de casa. Somos doze irmãos e os doze estudaram em escola pública. Estudaram em escola pública e se formaram. São nove servidores públicos.

Eu sei a importância que tem a escola pública e o serviço público de qualidade para a nossa população. É por isso que venho aqui ao Secretário, aos representantes do governo e aos Deputados da base para tentarmos resolver isso de hoje para amanhã. Não há mais condições de protelarmos esse movimento legítimo dos professores.

Então, quero me solidarizar e dizer que estou à disposição. O meu gabinete e toda a nossa assessoria está à disposição para, ainda hoje, se possível, resolvermos essa questão. Chegam informações de que o projeto já está sendo encaminhado a esta Casa. Então, que fizéssemos a leitura ainda hoje e, se o projeto atender às expectativas dos professores, que o votemos ainda hoje ou, pelo menos, até amanhã antes da assembleia. Então, fica a proposta de que possamos, enfim, resolver esta questão até amanhã. Um grande abraço e contem comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale, por ter atentado ao tempo regimental.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista que o Deputado Ricardo Vale fez uma citação, inclusive uma crítica com relação à minha postura como Líder do Governo, dizendo que essa não é postura de Líder do Governo, eu quero deixar muito claro que recebo evidentemente a crítica como um democrata que sou, mas entendo que a minha postura não está sob avaliação de V.Exa., sem embargo do respeito que tenho por V.Exa.

Com relação à avaliação de que a nossa manifestação buscou tripudiar de qualquer entidade corporativa, quero dizer a V.Exa. que ela não teve esse objetivo, mas garanto a V.Exa. que qualquer tipo de ataque, seja ele de modo dissimulado ou não, merecerá sempre a minha resposta. Eu não me intimido com manifestações, principalmente de pessoas que, nos últimos quatro anos, ocupavam cargos comissionados e se constituíam naquilo que nós cansamos de chamar de pelegos. Quem é pelego é aquele que usa instituições para se beneficiar. E eu cansei de ver alguns pelegos sim, de sindicatos, encastelados em governos, a serviço de governos. Comigo, sempre haverá reação. Não me deixo intimidar, não estou aqui para ficar com receio de quem quer que seja.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, vou suspender temporariamente o discurso de V.Exa., para mantermos a condução da audiência pública, mas, se V.Exa. quiser terminar rapidamente...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Terminarei rapidamente, Sra. Presidente. É só mesmo para deixar claro que esse tipo de manifestação não me causa nenhuma espécie. Eu não me deixo intimidar, principalmente por quem é pelego. E eu sei que ali há muitos pelegos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Luís Cláudio Megiorin, Presidente da Associação de Pais e Alunos – ASPA.

SR. LUÍS CLÁUDIO MEGIORIN – Sra. Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão; Sr. Júlio Gregório, Secretário de Educação; demais integrantes desta mesa, minhas saudações.

Eu gostaria de agradecer, antes de mais nada, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras pela sensibilidade de nos convidar a esta Casa. Isso mostra o simbolismo de estar aqui não um professor, não um profissional da educação, mas um pai de aluno. Isso é importante porque nós precisamos ocupar o nosso espaço. Nós não queremos que nosso espaço seja ocupado por outras pessoas, tão respeitáveis quanto essas que eu já citei.

Eu gostaria de agradecer – não é a primeira vez que estamos aqui – à imprensa. Foi a imprensa que abriu caminho para a Aspa chegar aqui. Então, quando começamos a sair nos jornais, quando a imprensa começa a pedir a nossa opinião, as pessoas começam a nos enxergar como atores principais da educação, junto dos professores e dos profissionais de educação.

Sou grato também a outros Parlamentares por outros convites, como: o Deputado Prof. Israel; o Deputado Chico Leite; o Deputado Wasny de Roure; um Deputado de primeiro mandato, o Deputado Rodrigo Delmasso, com quem já fizemos programas de televisão juntos; e o Deputado Raimundo Ribeiro também, com quem já tivemos contato para discutir assuntos referentes à educação.

Nós queremos deixar bem claro que a Aspa é realmente apartidária. Eu não pertenço e não me sinto à vontade para me filiar a nenhum partido. Então, realmente, vocês estão vendo aqui uma pessoa sem partido. Eu sou sem partido porque acho que uma entidade dessa magnitude, que já tem repercussão nacional, precisa, sim, ser apartidária, senão fica tudo igual. A importância da participação dos pais de alunos é esta: somos nós que pagamos a conta pela educação. Somos nós

que pagamos a conta. A Aspa foi fundada há quatro anos pela Confenapa – Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos.

Eu queria saudar também o Professor Júlio Barros, meu colega do Fórum Distrital de Educação e uma pessoa com quem eu tenho aprendido muito.

Nesta semana, vieram me perguntar: a Aspa é contra ou a favor da greve? É uma pergunta que dói muito em mim. É uma questão que vai muito além de ser contra a greve ou a favor dela. Se vocês entrarem na nossa página, vocês vão ver que, no nosso estatuto, existe uma preocupação com os professores e profissionais da educação também, não só com pais e alunos. Por isso, a nossa entidade é de pais e alunos, e não de pais e mestres. Às vezes, falam assim: "Ah! É de pais e mestres?". Não, é de pais e alunos, porque nós queremos ter essa liberdade de apoiar os setores importantes da educação.

Mais uma coisa: hoje eu vi um representante do Sinpro dizer na televisão que atrasos já ocorreram no pagamento dessas verbas salariais, alimentares, mas não com essa magnitude. Então, eu não quero aqui dizer quem é culpado. Eu faço parte dos 55,6% que votaram em Rodrigo Rollemberg, entretanto, nós temos uma postura de participar e de cobrar também do governo, seja de qual partido for. Desde a transição, tivemos reunião com o Secretário Júlio Gregório, com o Secretário Marcos Dantas, conversamos com o Leanir e até diretamente com o Governador Rodrigo Rollemberg.

Nós precisamos atentar para uma qualidade de educação. Todo mundo fala de qualidade de educação. Mas eu acrescento: para quem é essa qualidade? Essa qualidade que nós precisamos na educação pública deve ser atrativa a todas as classes sociais. Enquanto nós estivermos fazendo programas educacionais voltados para o pobre, nós não vamos ter uma educação de qualidade. Nós queremos ver a classe média, a classe média alta dentro da escola pública. Nós queremos rever essa posição de qualidade da educação. Eu gostaria que, um dia, meus filhos, meus netos estivessem em uma escola pública de qualidade.

Então, nós estamos em longas férias. Já se ultrapassou o limite dessas férias. E, a cada dia que passa, os alunos vão perdendo aquele pique de estudo, que também nunca tiveram. Já se vão mais de dois meses e meio de férias.

Para concluir, nós não podemos mais exigir sacrifícios de uma categoria tão sofrida como a dos professores e também a dos alunos.

Quando vejo o Elefante Branco, escola onde conclui o meu Ensino Médio há mais de trinta anos, nas mesmas condições em que a encontrei, fico deprimido.

Precisamos de escolas com qualidade, não de depósito de pessoas. Escolas que não atentem contra a integridade física dos alunos. Precisamos de professores respeitados e também valorizados.

Estou feliz por saber que existe uma saída, e que essa saída realmente seja a contento, para que nós, professores, possamos voltar na segunda-feira, porque já não aguentamos mais. O meu filho quer voltar a estudar. Ele é atendido também na escola pública, na educação especial, e com professores excelentes. Os melhores professores do Brasil estão aqui no Distrito Federal. Os mais bem preparados. Queremos nos unir ao governo, para não ficarmos somente na retórica. Que este governo faça mesmo aquilo que foi prometido: uma educação de qualidade, o que não foi feito nos governos anteriores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Luís Cláudio.

O Marcão comunicou que amanhã, às 10 horas, receberá o Sindicato dos Professores para fazer o encaminhamento da proposta oficial do projeto de lei que deve ser enviado a esta Casa. Ele disse que as negociações continuam abertas e que amanhã, às 10 horas, oficialmente, fará a apresentação dos projetos aos dois sindicatos, ao Sinpro e ao SAE.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Andrade.

DEPUTADO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa, Srs. Deputados e todos que aqui se encontram, serei rápido em minha fala. Apenas quero dizer o seguinte: levantamos aqui, Secretário Marcos, há poucos dias, a respeito da licença-prêmio por assiduidade... Se é verdade ou não que ela virá a esta Casa... Eu só quero dizer que não se retiram direitos conquistados.

Como operador do Direito e também casado com professora, tendo três irmãs professoras e sobrinhas também professoras, não podemos aceitar a situação que está ocorrendo hoje. Sabemos das dificuldades, mas não tenho dúvida nenhuma de que, se esse remanejamento dos fundos é possível... É viável que o próprio governo diga também, até o final desta audiência, quem sabe, quais fundos podem ou não ser remanejados, para que a gente não caia de novo em nenhum outro equívoco.

Quero deixar bem claro: com todo respeito, secretários e Sra. Presidente, muitas coisas podem ser retiradas, mas o salário do educador jamais pode deixar de ser pago! Quem não respeita a educação, não merece respeito.

Quero deixar bem claro o meu posicionamento. Eu não sou governo, eu não sou a Câmara Legislativa e não aceito abrir mão daquilo que é o meu direito, o direito de defesa daqueles que aqui me colocaram. Muitos professores votaram em mim. A população que me elegeu pode ter certeza absoluta de que não aceito retirar nenhum direito conquistado. Não aceito a dilapidação de direitos conquistados. Os professores sempre terão o meu respeito e o meu voto.

Denivaldo, você trabalhou comigo como conselheiro, por um bom tempo, representando o seu sindicato, e sempre foi de uma postura inigualável. Washington Dourado, tivemos alguns embates, mas deixo claro que tudo aquilo por que lutamos foi em favor de uma educação de qualidade para o Distrito Federal. Que vocês, da educação, tenham seus direitos respeitados. Direitos esses também garantidos pela legislação processual civil em vigor, pela legislação trabalhista ou seja lá o que for. O direito de vocês não será tomado em hipótese nenhuma. Tenho certeza absoluta de que os Deputados desta Casa estarão do lado de vocês.

Secretário Marcos Dantas, fiz um apelo a você e quero reiterá-lo, em nome do nosso Secretário Júlio Gregório: que o Governador possa enviar imediatamente a esta Casa o projeto de remanejamento dos fundos. Não tenho dúvida nenhuma de que, se ele for enviado amanhã, será aprovado. Que nós, Deputada Celina Leão, Presidente desta Casa, possamos votá-lo ainda neste final de semana. Este é o grande desafio dos Deputados: deixar, em um final de semana, as suas bases ou o que tenha de fazer, para atender aos reclames da população do Distrito Federal, em especial, da educação do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ouvidor, Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Secretário Marcos Dantas, para suas considerações finais.

SR. MARCOS DANTAS – Boa noite, Sra. Presidente. Em nome de V.Exa., cumprimento os demais Parlamentares; o Washington e o Denivaldo, representantes dos sindicatos; os professores; as professoras e os profissionais da educação.

Eu queria dizer, Deputado Renato Andrade, que não há a menor possibilidade de se retirar direito. Não sei de onde surgiu isso. Isso é uma invencionice, uma mentira. Quem está pregando isso está fazendo um discurso falacioso. Inexiste essa discussão no seio do governo. Não existe discussão, de forma alguma, de se subtrair direito dos trabalhadores. Reafirmo: amanhã o projeto

chegará a esta Casa. Amanhã estará aqui esse projeto, para que possamos solucionar todas as questões.

Também quero dizer, Deputado Renato Andrade e demais Deputados, que em momento algum nos furtamos a negociar. Tanto é que, amanhã, às 10 horas, há uma reunião de negociação marcada com o sindicato, com a categoria, com a Secretaria de Relações Funcionais, com a Secretaria de Educação e com a área econômica.

Portanto, amanhã, continuaremos negociando e discutindo. É interesse do governo resolver essas questões.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares e demais convidados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já estamos caminhando para o final da nossa sessão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou, com a autorização de V.Exa., dizer que, há quinze dias, encaminhamos uma proposta ao Governo do Distrito Federal – foi um trabalho conjunto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, por meio da nossa Liderança, com o Deputado Wellington Luiz – com treze pontos que, dentro do nosso ponto de vista, resolveria o problema do Distrito Federal. Primeiro, corte de 50% das emendas parlamentares, do orçamento de 2014 para 2015, que dá 192 milhões; segundo, ajuste orçamentário, que propusemos também – se se fizer o ajuste que estamos propondo, Secretário, teremos 6 bilhões e 700 milhões; terceiro, revisão dos fundos com execução abaixo de 50%, conforme relatório do TCDF – dá 150 milhões, exatamente a proposta que o governo está fazendo. Proposta apresentada por nós, para solucionar; quarto, remanejamento dos recursos de reserva de contingência – 255 milhões; quinto, uso de recursos dos fundos – 126 milhões; sexto, devolução de dotações orçamentárias ao GDF, pela Câmara Legislativa – V.Exa. sabe que a Câmara Legislativa não se negaria, pois ela faz isso todo ano – 70 milhões; sétimo, retomada do processo de securitização da dívida, que o governo também está dizendo que vai fazer – no nosso entendimento, isso dá 2 bilhões; oitavo, recadastramento imobiliário, sem precisar aumentar o IPTU, é só fazer o recadastramento – dá 26 milhões; nono, regularização fundiária do Distrito Federal – a estimativa é de 50 milhões; décimo, cumprimento do Decreto nº 32.236, que prevê a redução de 20% das despesas com cargos comissionados, coisa que não foi feita

até hoje – que dá 98 milhões de reais; décimo primeiro, redução dos servidores requisitados com ônus – dá 94 milhões de reais; décimo segundo, aprovação do projeto da ARO, que é o que já aprovamos – dá 400 milhões; décimo terceiro, a rejeição dos impostos que o governo estava propondo.

Portanto, Sr. Secretário Marcos Dantas, nós apresentamos a proposta. Se o governo quiser executar, nós estamos prontos para executar. Não é preciso aumentar impostos, e resolve imediatamente a situação do Distrito Federal.

É uma contribuição da Oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Educação, Júlio Gregório, para suas considerações finais.

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Só quero agradecer aos colegas, ao Deputado Chico Vigilante. Eu tive oportunidade de, obviamente à distância, integrar o governo do Cristovam nos quatro anos de governo em que fui Diretor de Planejamento da Secretaria de Educação. Eu sou professor e, mais do que sindicalizado, eu sou o fundador do sindicato. Eu tive a oportunidade de, na época em que as coisas eram proibidas, pular muro de escola para colher assinaturas para que fundássemos o sindicato. Eu estou na Secretaria de Educação e serei o mais satisfeito com a solução econômica da questão da categoria dos professores. Eu pretendo e fui à Secretaria de Educação para que continuássemos crescendo no processo pedagógico que fiz em escolas. Se alguém tem dúvidas, basta verificar, nas escolas em que trabalhei, o quanto fiz junto aos colegas professores e pretendo fazer ainda.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, deixem o Secretário terminar as ponderações finais. Nós fomos tão democráticos até agora e estamos nos encaminhando para o final.

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Então eu repito aos Srs. Deputados e aos colegas que a solução dos impasses econômicos, das questões econômicas, deixará a Secretaria de Educação muitíssimo satisfeita. Com relação a direitos a respeito da circular que não suprimia direitos, orientava no sentido...

(Manifestações da galeria.)

SR. JÚLIO GREGÓRIO – Leia a circular, professora, seria bom. Não suprimia direitos, orientava para que não fossem usufruídos enquanto não tivéssemos

professores em contrato temporário ali. Até porque, professora, esse direito não é meu, não é seu, é dos professores, e lutei para construí-lo. Eu não o encontrei construído, não.

Eu agradeço muitíssimo e quero dizer a todos que a Secretaria de Educação ficará em luta. A Secretaria de Educação tem lutado por recursos também. As formas de lutas são diferentes, mas nós não estamos omissos, não. Estamos trabalhando para que tenhamos um ambiente na escola favorável aos nossos estudantes e aos nossos professores.

Muito obrigada, Sra. Presidente. Muito obrigado aos senhores pela atenção e estarei sempre e sempre, como estive, à disposição de todos.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Sr. Secretário. Quero aqui agradecer a presença de todos os professores, a presença do Sr. Secretário Marcos Dantas, do Sr. Secretário Adjunto Clóvis Lúcio Sabino, do Sr. Subsecretário de Planejamento Fábio Pereira de Sousa, do Sr. Diretor do Sinpro, companheiro Washington Dourado, do Sr. Presidente do SAE, Denivaldo Alves do Nascimento, que também se faz presente.

Quero dizer que esta Presidência da Câmara Legislativa se colocará sempre ao lado dos professores.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras gostaria de anunciar uma audiência pública que fará para debater a unificação dos calendários escolares das redes pública e particular do Distrito Federal no dia 5 de março, às 10h, no plenário da Câmara.

Muito obrigada a todos, que Deus os abençoe.

Declaro encerrada a comissão geral, bem com a Sessão Ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 18h35min.)